



## FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2022**

### SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA**

Gestor atual: **ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO**

Gestor das Contas: **ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO**

### DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados 2022)
- Relatório de Gestão (II - Relatório\_Circunstanciado\_de\_Gestão)
- Relatório do Controle Interno (III -Relatório do Controle Interno 2022)
- Parecer do Controle Interno (IV - Parecer do Controle Interno 2022)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (V - Relatorio da CGE 2022)
- Demonstrativo de Receitas (VI - Demonstrativo da Receita Segundo as)
- Demonstrativos de Despesas (VII - Demonstrativo da Despesa Segundo a)
- Comparativo da Receita (VIII - Comparativo da Receita Orçada com)
- Comparativo de Despesas (IX - Comparativo da Despesa Autorizada c)
- Comparativo de Despesas por espécie (X - Comparativo da Despesa Autorizada c)
- Demonstrativo da Dívida Pública (XI - Demonstração da Dívida Pública – An)
- Relação de Restos a Pagar (XII - Certidao sobre Relação de Restos a)
- Balancete Sem Encerramento (XIII - Balancete do mês de dezembro, sem)
- Declaração de Bens (XV - Declaração Prestação de Contas - 20)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI -A- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO)
- Balanço Financeiro (DCASP) (XVI -B- BALANÇO FINANCEIRO)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI -C- Balanço Patrimonial)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI -D- Demonstrativo das variações Patr)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI -D- Demonstrativo das variações Patr)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI -E- Demonstração de Fluxo de Caixa)
- Notas explicativas às DCASP (XVI -F - Notas Explicativas)
- Outros Documentos (Certidao Contadora)



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

---

PETICIONÁRIO: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ 13.950.733/0001-39, através do(a)  
Representante Legal ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, CPF 045.885.439-54

Curitiba, 20 de março de 2023 13:37:10

## 2. 002 - Extrato de Autuação



## EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 167785/23

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 167785/23

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2022

### SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA**

Gestor atual: **ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO**

Gestor das Contas: **ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO**

### DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados 2022)
- Relatório de Gestão (II - Relatório\_Circunstanciado\_de\_Gestão)
- Relatório do Controle Interno (III -Relatório do Controle Interno 2022)
- Parecer do Controle Interno (IV - Parecer do Controle Interno 2022)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (V - Relatorio da CGE 2022)
- Demonstrativo de Receitas (VI - Demonstrativo da Receita Segundo as)
- Demonstrativos de Despesas (VII - Demonstrativo da Despesa Segundo a)
- Comparativo da Receita (VIII - Comparativo da Receita Orçada com)
- Comparativo de Despesas (IX - Comparativo da Despesa Autorizada c)
- Comparativo de Despesas por espécie (X - Comparativo da Despesa Autorizada c)
- Demonstrativo da Dívida Pública (XI - Demonstração da Dívida Pública – An)
- Relação de Restos a Pagar (XII - Certidao sobre Relação de Restos a)
- Balancete Sem Encerramento (XIII - Balancete do mês de dezembro, sem)
- Declaração de Bens (XV - Declaração Prestação de Contas - 20)
- Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI -A- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO)
- Balanço Financeiro (DCASP) (XVI -B- BALANÇO FINANCEIRO)
- Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI -C- Balanço Patrimonial)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI -D- Demonstrativo das variações Patr)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI -D- Demonstrativo das variações Patr)



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

---

- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI -E- Demonstração de Fluxo de Caixa)
- Notas explicativas às DCASP (XVI -F - Notas Explicativas)
- Outros Documentos (Certidão Contadora)

**PETICIONÁRIO: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ 13.950.733/0001-39, através do(a)  
Representante Legal ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, CPF 045.885.439-54**

**Curitiba, 20 de março de 2023 13:41:21**

### 3. 003 - Formulário de Dados (I - Formulário de Dados 2022)



**ANEXO I**

**FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL**

1.	<b>ASSUNTO</b>
	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2022</b>
2.	<b>ENTIDADE</b>
	Nome: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 13.950.733/0001-39
3.	<b>GESTOR DAS CONTAS</b>
	Período: 01 / 01 / 2022 a 31 / 12 / 2022 Ato de Nomeação: DECRETO ESTADUAL Nº 8.963/2021 Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO Nome: ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO CPF: 045.885.439-54
4.	<b>GESTOR ATUAL</b>
	Ato de Nomeação: DECRETO ESTADUAL Nº 8.963/2021 Cargo: DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO Nome: ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO CPF: 045.885.439-54
5.	<b>CONTROLADOR INTERNO</b>
	Ato de Nomeação: RESOLUÇÃO DPG Nº 62/2020 Cargo: ANALISTA Nome: JULIANA BITENCOURT FERNANDES DOS SANTOS CPF: 053.661.879-82



<b>DECLARAÇÃO</b>	
<b>6.</b>	<p>Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 176/2022 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p> <p>Curitiba, 13 de março de 2023.</p> <hr/> <p>(Assinatura/Nome/cargo do gestor atual/representante legal)</p>



#### 4. 004 - Relatório de Gestão (II - Relatório\_Circunstanciado\_de\_Gestão)



**DPE** **PR**  
**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO PARANÁ

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO 2022**

**COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**MARÇO/2023**

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ....	6
QUADRO 2 - DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL .....	7
QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR MESORREGIÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. ....	14
QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR MESORREGIÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	15
QUADRO 5 - COMPOSIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	16
QUADRO 6 - NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EM 2022. ....	17
QUADRO 7 - COMPOSIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. ....	18
QUADRO 8 - RELAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS REALIZADAS EM 2022 NA DPE/PR.....	20
QUADRO 9 - RELAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS EM 2022. ....	22
QUADRO 10 - COMARCAS COM ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM 2022. ....	24
QUADRO 11 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022. ....	27
QUADRO 12 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022. ....	27
QUADRO 13 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022. ....	28
QUADRO 14 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022. ....	28
QUADRO 15 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE 2021....	29
QUADRO 16 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2016.....	29
QUADRO 17 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2018.....	29
QUADRO 18 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2019.....	30
QUADRO 19 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2020.....	30
QUADRO 20 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2021.....	30
QUADRO 21 - FLUXO DE CAIXA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022.....	31

QUADRO 22 - EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2017 E 2022, EM VALORES ABSOLUTOS.....	31
QUADRO 23 - EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2016 E 2022, EM VALORES PERCENTUAIS. ...	31
QUADRO 24 – ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, ENTRE 2020 E 2023. ...	34

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. LEGISLAÇÃO VIGENTE .....	5
3. GESTÃO ADMINISTRATIVA .....	13
4. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	26
5. PLANO PLURIANUAL 2020-2023 E AÇÕES INSTITUCIONAIS.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo atender à auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) referente à prestação de contas do exercício 2022. Ao longo do documento constarão informações acerca do planejamento e execução orçamentária e financeira da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), tal qual aspectos da gestão administrativa institucional, sem adentrar em aspectos relacionados ao gerenciamento da atividade-fim.

Para tanto, o documento será dividido em tópicos específicos, a fim de atender com maior assertividade o propósito de promover clareza, amplitude de análise e transparência nas informações prestadas, configurado na seguinte estrutura:

- Legislação Vigente;
- Gestão Administrativa;
- Análise Orçamentária e Financeira;
- Plano Plurianual 2020-2023 e Ações Institucionais; e,
- Considerações Finais.

A especificidade de cada ponto será pautada e correlacionada aos fatores que, porventura, vieram a potencializar ou reprimir os resultados da Instituição em suas atividades.

A confecção deste relatório, por fim, tem origem em documentos setoriais, especialmente aqueles produzidos pela Coordenação de Planejamento, Departamento de Recursos Humanos e Departamento Financeiro, compilados e contextualizados pela Coordenadoria-Geral de Administração.

## **2. LEGISLAÇÃO VIGENTE**

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), regulamentada em 19 de maio de 2011 por meio da Lei Estadual Complementar nº 136/2011, é:

“instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.”<sup>1</sup>

Em 2022, a DPE/PR completou onze anos desde a sua regulamentação e, assim, destacamento do Poder Executivo Estadual, onde permaneceu gerenciada entre 1991<sup>2</sup> e 2011, enquanto órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social (SEJUF).

Por conseguinte, serão apresentados os principais diplomas legais que tratam da Instituição, tal qual apresentação de recente jurisprudência acerca das Defensorias Públicas Estaduais.

### **2.1. Legislação Federal**

#### **2.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.**

A Carta Magna versa acerca das Defensorias Públicas Estaduais, da União e dos Territórios em diversas oportunidades. Transcrevem-se, abaixo, as passagens com maior pertinência às atividades administrativas e organização da DPE/PR:

---

<sup>1</sup> Lei Complementar nº 136/2011, art. 1º.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 55/1991.

## QUADRO 1 - DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1.	<p><b>Art. 5º.</b> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:</p> <p><b>LXXIV</b> – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.</p>
2.	<p><b>Art. 24.</b> Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:</p> <p><b>XIII</b> – assistência jurídica e Defensoria Pública.</p> <p>§ 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.</p> <p>§ 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.</p> <p>§ 3º. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.</p> <p>§ 4º. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.</p>
3.	<p><b>Art. 61.</b> A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.</p> <p>§ 1º. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:</p> <p><b>II</b> – disponham sobre:</p> <p><b>d)</b> - organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;</p>
4.	<p><b>Art. 76-A.</b> São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes. (Incluído dada pela Emenda constitucional nº 93)</p> <p><b>V</b> - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal. <b>(Incluído pela Emenda Constitucional nº 93)</b></p>
5.	<p><b>Art. 98.</b> O número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população. <b>(Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</b></p> <p>§ 1º. No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no caput deste artigo. <b>(Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</b></p> <p>§ 2º. Durante o decurso do prazo previsto no § 1º deste artigo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional. <b>(Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</b></p>
6.	<p><b>Art. 134.</b> A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. <b>(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</b></p> <p>§ 1º. Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. <b>(Renumerado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</b></p> <p>§ 2º. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º <b>(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</b></p> <p>§ 3º. Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. <b>(Incluído pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013)</b></p>



	§ 4º. São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. <b>(Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)</b>
7.	<b>Art. 135.</b> Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º. <b>(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)</b>
8.	<b>Art. 168.</b> Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º. <b>(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)</b>

## 2.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### 2.2.1. Constituição Estadual

A Constituição do Estado do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989, trata da Defensoria Pública Estadual em algumas oportunidades. Analogamente à abordagem dada à Constituição Federal no tópico anterior, extraem-se:

#### QUADRO 2 - DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

1.	<b>Art. 13.</b> Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: <b>XIII</b> - assistência jurídica e defensoria pública;
2.	<b>Art. 53.</b> Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: <b>XI</b> - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;
3.	<b>Art. 54.</b> Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa: <b>XII</b> - processar e julgar o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor-Geral da Defensoria Pública nos crimes de responsabilidade; (Renumerado pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)
4.	<b>Art. 66.</b> Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: <b>III</b> - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
5.	<b>Art. 101.</b> Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos: <b>VII</b> - processar e julgar, originariamente: <b>b)</b> - os mandados de segurança contra atos do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, do próprio Tribunal ou de algum de seus órgãos, de Secretário de Estado, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado e do Defensor-Geral da Defensoria Pública; <b>§ 2º.</b> Os agentes do Ministério o Público e da Defensoria Pública terão, no conjunto arquitetônico dos fóruns, instalações próprias ao exercício de suas funções, com condições assemelhadas às dos juízes de Direito junto aos quais funcionem.
6.	<b>Art. 127.</b> A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei. <b>Parágrafo único.</b> São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função.
7.	<b>Art. 128.</b> Lei complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativas, atribuições e carreiras de seus membros.

<b>8.</b>	<p><b>Art. 6º.</b> O Governador do Estado, no prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Constituição, encaminhará à Assembléia Legislativa anteprojeto de lei objetivando regulamentar a carreira da Defensoria Pública.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A Assembléia Legislativa regulamentará, no mesmo prazo, o quadro de carreira de todos os seus servidores.</p>
-----------	--

### 2.2.2. Lei Complementar 136/2011

Trata-se da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Publicada em 19 de maio de 2011, a Lei Complementar nº 136, este é o diploma legal que parametriza a organização e atuação institucional. Trouxe, ao longo de sua vigência, as seguintes reformulações:

- i. Lei Complementar nº 142, de 23 de janeiro de 2012;
- ii. Lei Complementar nº 180, de 15 de dezembro de 2014, suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5217;
- iii. Lei Complementar nº 199, de 02 de setembro de 2016;
- iv. Lei Complementar nº 200, de 05 de dezembro de 2016;
- v. Lei Complementar nº 207, de 08 de janeiro de 2018;
- vi. Lei Complementar nº 209, de 05 de abril de 2018;
- vii. Lei Complementar nº 212, de 21 de novembro de 2018;
- viii. Lei Complementar nº 218, de 28 de novembro de 2019;
- ix. Lei Complementar nº 220, de 02 de abril de 2020;
- x. Lei Complementar nº 223, de 17 de junho de 2020;
- xi. Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020;
- xii. Lei Complementar nº 235, de 08 de junho de 2021;
- xiii. Lei Complementar nº 238, de 26 de novembro de 2021; e
- xiv. Lei Complementar nº 248, de 1º de agosto de 2022.

### 2.2.3. Leis Estaduais

Outras leis estaduais trouxeram novos elementos à DPE/PR, conforme elencado abaixo:

- i. Lei Estadual nº 17.138, de 02 de maio de 2012 – Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs;

- ii. Lei Estadual nº 17.139, de 02 de maio de 2012 – Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's;
- iii. Lei Estadual nº 17.140, de 02 de maio de 2012 – Altera a Lei nº 4.95, de 13 de novembro de 1964, que instituiu o Fundo Penitenciário;
- iv. Lei Estadual nº 17.244, de 17 de julho de 2012 – Institui o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas;
- v. Lei Estadual nº 17.504, de 11 de janeiro de 2013 – Cria, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado responsável pela política pública da mulher, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher no Paraná;
- vi. Lei Estadual nº 17.726, de 23 de outubro de 2013 – Cria o CONSEPIR – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- vii. Lei Estadual nº 17.908, de 02 de janeiro de 2014 – Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 12.317, de 28 de agosto de 1998, que trata do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná;
- viii. Lei Estadual nº 18.419, de 08 de janeiro de 2015 – Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná;
- ix. Lei Estadual nº 18.520, de 23 de julho de 2015 - Concessão, para revisão geral anual do ano de 2015, do índice geral de 8,17% (oito vírgula dezessete pontos percentuais) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- x. Lei Estadual nº 18.602, de 04 de novembro de 2015 – Alteração da Lei Estadual nº 17.726, de 23 de outubro de 2013, que trata da criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;
- xi. Lei Estadual nº 18.773, de 05 de maio de 2016 – Institui o auxílio-transporte aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xii. Lei Estadual nº 18.774, de 05 de maio de 2016 – Institui o auxílio-alimentação aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xiii. Lei Estadual nº 18.813, de 23 de junho de 2016 - Concessão, para revisão geral anual do ano de 2016, do índice geral de 9,28% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xiv. Lei Estadual nº 19.054, de 27 de junho de 2017 - Concede, para revisão geral anual do ano de 2017, o índice geral de 4,08% (quatro vírgula zero oito por cento) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xv. Lei Estadual nº 19.579, de 04 de julho de 2018 – Institui a honraria da Medalha do Mérito no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xvi. Lei Estadual nº 19.580, de 04 de julho de 2018 – Institui o Fundo Rotativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xvii. Lei Estadual nº 19.608, de 20 de agosto de 2018 - Concede, para revisão geral anual do ano de 2018, o índice geral de 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento) nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado do Paraná;

- xviii. Lei Estadual nº 19.781, de 19 de dezembro de 2018 – Institui a assistência à saúde no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xix. Lei Estadual nº 19.828, de 27 de março de 2019 – Transforma cargos no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xx. Lei Estadual nº 19.935, de 24 de setembro de 2019 – Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social;
- xxi. Lei Estadual nº 19.954, de 02 de outubro de 2019 - Concede, para revisão geral anual do ano de 2019, o índice geral de 4,94% (quatro vírgula noventa e quatro por cento) nas tabelas de vencimento básico e das carreiras de servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxii. Lei Estadual nº 19.983, de 28 de outubro de 2019 - Institui regime de compensação de horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxiii. Lei Estadual nº 20.094, de 19 de dezembro de 2019 - Cria o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos;
- xxiv. Lei Estadual nº 20.170, de 7 de abril de 2020 - Autoriza o Poder Executivo, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas a manter os pagamentos, durante estado de emergência nacional pelo coronavírus responsável pelo surto de 2019, a empresas que mantêm contratos para prestação de serviços continuados com a Administração Pública do Estado do Paraná;
- xxv. Lei Estadual nº 20.245, de 17 de junho de 2020 - Altera a Lei nº 19.983, de 28 de outubro de 2019, que institui o regime de compensação de horas no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxvi. Lei Estadual nº 20.318, de 10 de setembro de 2020 – Estabelece princípios e diretrizes para criação de programas reflexivos e responsabilizantes para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- xxvii. Lei Estadual nº 20.442, de 17 de dezembro de 2020 – Institui o sistema estadual de medidas socialmente úteis e diretrizes gerais para sua implementação através de práticas de justiça restaurativa, mediação, conciliação e cultura de paz e dá outras providências;
- xxviii. Lei Estadual nº 20.635, de 16 de julho de 2021 – Altera dispositivos das Leis nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, e nº 18.469, de 30 de abril de 2015, para revisão e reestruturação do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social e adequações ao Sistema de Proteção Social e dá outras providências;
- xxix. Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021 – Estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná;
- xxx. Lei Estadual nº 20.777, de 17 de novembro de 2021 – Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências;
- xxxi. Lei Estadual nº 20.808, de 22 de novembro de 2021 – Cria cargos no Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná e adota outras providências;

- xxxii. Lei Estadual nº 20.857, de 07 de dezembro de 2021 – Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná;
- xxxiii. Lei Estadual nº 20.927, de 17 de dezembro de 2021 - Institui o Diário Eletrônico da Defensoria Pública como meio oficial de comunicação de atos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
- xxxiv. Lei Estadual nº 20.991, de 30 de março de 2022 – Concede revisão geral anual dos anos de 2020 e 2021, alterando as tabelas de vencimento básico e subsídio do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e
- xxxv. Lei Estadual nº 21.109, de 30 de junho de 2022 – Dispõe sobre a transferência de responsabilidade pelo pagamento dos benefícios de salário-família e auxílio-reclusão do Regime Próprio de Previdência Social para o Tesouro do Estado do Paraná, de acordo com o § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019.

### 2.3. JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Apresentam-se, a seguir, acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF) concernentes às Defensorias Públicas Estaduais:

- i. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.286<sup>3</sup>;
- ii. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 339<sup>4</sup>;
- iii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.287<sup>5</sup>; e,
- iv. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.056<sup>6</sup>.

Sem prejuízo, elencam-se as Ações Diretas de Inconstitucionalidade a respeito da DPE/PR que tramitam no Pretório Excelso:

- i. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.218;
- ii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.217; e,
- iii. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.381.

### 2.4. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Em seções específicas, serão abordadas as seguintes leis:

- i. Lei Estadual nº 20.077, de 03 de janeiro de 2020 – Plano Plurianual 2020-2023;

<sup>3</sup> <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11329269>

<sup>4</sup> <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11402259>

<sup>5</sup> <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11638659>

<sup>6</sup> <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=2455183>

- ii. Lei Estadual nº 20.648, de 20 de julho de 2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022; e,
- iii. Lei Estadual nº 20.873, de 15 de dezembro de 2021 – Lei Orçamentária Anual para 2021.

### 3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Serão apresentadas, no presente tópico, as principais informações da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná em 2022.

Para tanto, serão segmentadas três subseções, quais sejam:

- i. Administração Superior;
- ii. Quadro de Pessoal;
- iii. Aquisições e Contratações; e,
- iv. Estrutura Física.

#### 3.1. ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Administração Superior da DPE/PR é composta por:

- a) Defensor Público-Geral do Estado – André Ribeiro Giamberardino;
- b) Primeira Subdefensora Pública-Geral do Estado – Olenka Lins e Silva Martins;
- c) Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado – Bruno Müller Silva;
- d) Corregedor-Geral – Henrique de Almeida Freire Gonçalves;
- e) Subcorregedora-Geral – Josiane Fruet Bettini Lupion.

A Administração Superior é composta, ainda, pelos(as) membros(as) do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná (CSDP), com a seguinte composição:

- a) Defensor Público-Geral do Estado, membro nato, André Ribeiro Giamberardino;
- b) Primeira Subdefensora Pública-Geral do Estado, membra nata, Olenka Lins e Silva Martins;
- c) Corregedor-Geral, membro nato, Henrique de Almeida Freire Gonçalves;
- d) Ouvidora-Geral, membra nata, Karollyne Nascimento;
- e) Representante da Associação dos(as) Defensores(as) Públicos(as) do Estado do Paraná (Adepar), membra nata, Jeniffer Beltramin Scheffer;
- f) Defensor Público Ricardo Menezes da Silva, eleito membro titular;
- g) Defensora Pública Thaísa Oliveira dos Santos, eleita membra titular;
- h) Defensora Pública Mônia Regina Damião Serafim, eleita membra titular;

- i) Cláudia da Cruz Simas de Rezende, eleita membra titular;
- j) Gabriela Lopes Pinto, eleita membra titular.

### 3.2. PESSOAL

Em relação ao quadro de pessoal, a DPE/PR, em 2022, possuía a seguinte estrutura:

- i. Estagiários(as);
- ii. Assessor(a) Técnico(a) em Comissão;
- iii. Ouvidor(a) Externo(a);
- iv. Técnicos(as) Administrativos(as);
- v. Agente Profissional; e
- vi. Defensor(a) Público(a).

Quanto às vagas de estágio, a Defensoria Pública iniciou o ano de 2022 com 37 (trinta e sete) vagas de nível médio preenchidas, 237 (duzentas e trinta e sete) vagas de nível superior preenchidas e 121 (cento e vinte uma) vagas de pós-graduação preenchidas, totalizando 395 (trezentas e noventa e cinco) vagas preenchidas, distribuídas da seguinte forma:

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR MESORREGIÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

ESCOLARIDADE / REGIÃO	Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	TOTAL
NÍVEL MÉDIO	34	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	37
NÍVEL SUPERIOR	161	10	6	4	25	4	10	6	3	4	4	237
PÓS-GRADUAÇÃO	78	4	2	1	10	3	6	11	2	2	2	121
<b>TOTAL</b>	<b>273</b>	<b>14</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>35</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>395</b>

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em relação ao mês de janeiro de 2021, houve o acréscimo de, aproximadamente, 12% (doze por cento) no número total de vagas preenchidas. Contudo, ao final de 2022, houve redução quantitativa similar a expansão em relação ao ano anterior, chegando-se, praticamente, ao mesmo número de vagas de estágio preenchidas no início de 2021.

O quadro final, logo, possuía a seguinte composição:



QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS POR MESORREGIÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

<b>DISTRIBUIÇÃO EM 31/12/2016</b>	<b>Curitiba</b>	<b>RMC e Litoral</b>	<b>Noroeste</b>	<b>Centro Ocidental</b>	<b>Norte Central</b>	<b>Norte Pioneiro</b>	<b>Centro Oriental</b>	<b>Oeste</b>	<b>Sudoeste</b>	<b>Centro-Sul</b>	<b>Sudeste</b>	<b>TOTAL</b>
NÍVEL MÉDIO	26	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	<b>28</b>
NÍVEL SUPERIOR	130	8	3	3	25	3	9	9	5	4	3	<b>202</b>
PÓS-GRADUAÇÃO	85	8	3	1	13	2	2	6	3	1	2	<b>126</b>
<b>TOTAL</b>	<b>241</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>39</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>356</b>

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em relação à rotatividade dos estudantes na Instituição, verifica-se que houve ligeiro aumento em relação aos números observados em 2021. Em 2022, foram realizadas 473 (quatrocentas e setenta e três) contratações, ou seja, aproximadamente, 6% (seis por cento) a mais do que no anterior, e 421 (quatrocentas e vinte e uma) evasões por rescisão ou término de contrato, aproximadamente, 4% (quatro por cento) maior do que no ano anterior. Conforme averiguações internas, entende-se que a grande rotatividade é fruto, dentre outros, da falta de competitividade nos valores de bolsa-auxílio, sobretudo, quando comparada àquelas praticadas nas demais instituições que compõem o sistema de justiça no Estado. Por esse mesmo motivo, alguns contratos que são celebrados são imediatamente cancelados por desinteresse dos postulantes às vagas, evidenciando um número de contratações superior ao número de rescisões, muito embora o total de vagas preenchidas tenha decrescido no período.

Em relação aos(as) agentes públicos(as) da DPE/PR, a composição dos cargos e funções e sua distribuição por comarcas, no início de 2022, se dava da seguinte maneira:

QUADRO 5 - COMPOSIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

CARREIRAS E CARGOS		Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	TOTAL
AGENTE PROFISSIONAL	Administrador	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
	Assessor Jurídico	22	3	6	4	14	1	7	6	3	2	0	68
	Engenheiro Civil	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Contador	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
	Assistente Social	9	2	2	1	9	1	5	5	0	4	0	38
	Psicólogo	10		1	1	10	2	1	3	2	1	0	31
	Médico Psiquiatra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Biblioteconomista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Comunicador Social	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Estatístico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Economista	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Secretário Executivo	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	Informática	5	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6
	Médico Clínico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jornalista	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
TÉCNICO	Técnico Administrativo	8	2	2	2	8	1	3	2	1	3	0	32
	Técnico Redes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Informática	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
	Técnico de RH	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
MEMBROS	Defensor Público	63	4	3	2	12	2	6	5	4	2	2	105
OUTROS	Assessor Técnico 02-C	18	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	20
	Assessor Técnico 04-C	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Assistente Técnico DAS-2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Assessor Técnico DAS-5	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
	Assessor Técnico DAS-3	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
	Ouvidor-Geral	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>		<b>197</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>54</b>	<b>9</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>364</b>

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Em relação a janeiro de 2021, nota-se bastante estabilidade no quadro geral de pessoal, uma vez que no início daquele ano estavam computadas 367 (trezentas e sessenta e sete) vagas preenchidas.

Por outro lado, mediante a apresentação quantitativa das nomeações e exonerações, segmentadas por cargo e função, que ocorrem ao longo de 2022, verifica-se ligeira expansão em números absolutos:

QUADRO 6 - NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EM 2022.

CARREIRAS E CARGOS		POSIÇÃO EM 01/01/2022	NOMEAÇÕES	EXONERAÇÕES	POSIÇÃO EM 31/12/2022	SALDO
ANALISTA	Administrador	12	0	2	10	-2
	Assessor Jurídico	68	0	3	65	-3
	Engenheiro Civil	2	0	0	2	0
	Contador	10	0	0	10	0
	Assistente Social	38	0	1	37	-1
	Psicólogo	31	0	0	31	0
	Médico Psiquiatra	0	0	0	0	0
	Sociólogo	1	0	0	1	0
	Biblioteconomista	0	0	0	0	0
	Comunicador Social	1	0	0	1	0
	Estatístico	1	0	0	1	0
	Economista	2	0	0	2	0
	Secretário Executivo	6	0	0	6	0
	Informática	6	0	0	6	0
	Médico Clínico	0	0	0	0	0
Jornalista	1	0	0	1	0	
TÉCNICO	Técnico Administrativo	32	0	1	31	-1
	Técnico Redes	0	0	0	0	0
	Técnico em Informática	5	0	0	5	0
	Técnico de RH	2	0	0	2	0
MEMBROS	Defensor Público	105	0	1	104	-1
OUTROS	02-C	20	15	19	16	-4
	04-C	0	53	3	50	50
	DAS-2	0	2	0	2	2
	DAS-5	10	7	6	11	1
	DAS-3	10	12	3	19	9
	Ouvidor-Geral	1	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>		<b>364</b>	<b>89</b>	<b>39</b>	<b>414</b>	<b>50</b>

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH.

Verifica-se, assim, que houve significativo aumento do quadro geral, impulsionado, em especial, pelo aumento no número de vagas preenchidas para o cargo de assistente técnico em comissão 04-C, cujas vagas foram criadas através da Lei Estadual nº 20.808, de 22 de novembro de 2021. No geral, são pessoas contratadas para atuar nas atividades finalísticas, sendo parte delas para atuar junto aos estabelecimentos prisionais do Estado.

Dessa forma, ao final de 2022, a composição de agentes públicos, por mesorregião era a seguinte:

QUADRO 7 - COMPOSIÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

CARREIRAS E CARGOS		Curitiba	RMC e Litoral	Noroeste	Centro Ocidental	Norte Central	Norte Pioneiro	Centro Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	TOTAL
ANALISTA	Administrador	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
	Assessor Jurídico	21	3	4	4	14	1	7	6	3	2	0	65
	Engenheiro Civil	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Contador	9	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	10
	Assistente Social	9	2	2	1	9	1	5	5	0	3	0	37
	Psicólogo	10	0	1	1	10	2	1	3	2	1	0	31
	Médico Psiquiatra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sociólogo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Biblioteconomista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Comunicador Social	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Estatístico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Economista	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Secretário Executivo	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	Informática	5	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6
	Médico Clínico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jornalista	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
TÉCNICO	Técnico Administrativo	8	2	1	2	8	1	3	2	1	3	0	31
	Técnico Redes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Técnico em Informática	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
	Técnico de RH	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
MEMBROS	Defensor Público	65	3	2	2	12	2	4	4	4	2	2	104
OUTROS	02-C	15	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	16
	04-C	32	3	2	0	4	1	1	3	2	1	1	50
	DAS-2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	DAS-5	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
	DAS-3	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
	Ouvidor-Geral	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>		238	13	12	10	59	9	22	23	12	12	3	414

FONTE: DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – DRH.

### 3.3. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, em 2022, realizou, ao todo, 26 (vinte e seis) pregões eletrônicos, representando uma ampliação de, aproximadamente, 24% (vinte e quatro por cento) em relação à quantidade realizada em 2021. Desses, 02 (dois) restaram anulados, 02 (dois) restaram fracassados e outros 02 (dois) restaram desertos, logrando-se exitosos apenas 20 (vinte) procedimentos licitatórios.

Em relação ao número de participações em licitações realizadas pela Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP), houve, novamente, significativo

aumento, totalizando 15 (quinze) licitações conjuntas, ou seja, aproximadamente, 37% (trinta e sete por cento) a mais do que no ano anterior. A opção em participar de licitações externas empreendidas pelo órgão Executivo visa otimizar o gerenciamento das licitações próprias, bem como consolidar em apenas um órgão público as demandas idênticas, visando obter maior economia administrativa e de escala, que tenderá a ocorrer nesses casos.

Em relação às contratações diretas, em 2022 houve forte acréscimo em relação ao ano anterior. Nesse período, ocorreram 43 (quarenta e três) dispensas de licitação e 13 (treze) contratações por inexigibilidade. O avanço, portanto, em termos quantitativos, foi de, aproximadamente, 58% (cinquenta e oito por cento) em relação ao ano anterior.

Mesmo diante do avanço, o total de licitações e contratações diretas ainda é inferior ao ano de 2019, último antes da pandemia causada pela Covid-19, quando foram realizadas 64 (sessenta e quatro) contratações diretas e 30 (trinta) pregões eletrônicos.

De todo modo, a proximidade nos quantitativos dos procedimentos de contratações empreendidas em 2022 evidencia uma retomada da capacidade produtiva interna, muito afetadas pelos impactos sistêmicos gerados pela pandemia, sobretudo nas relações de trabalho e na cadeia global de suprimentos.

Em termos orçamentários, os procedimentos licitatórios ou de contratação direta, em 2022, atingiram o valor de R\$ 11.634.314,78 (onze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e quatorze reais e setenta e oito centavos). Isso representa um avanço de, aproximadamente, 108% (cento e oito por cento) em relação ao ano anterior.

Quanto à composição, aproximadamente, (i) 90% (noventa por cento) derivam de procedimentos licitatórios realizados pela DPE/PR, (ii) 4% (quatro por cento) derivam de procedimentos licitatórios realizados pela SEAP/PR; (iii) 5% (cinco por cento) são provenientes de dispensas de licitação realizadas pela DPE/PR e 1% (um por cento) advém de contratações por inexigibilidade realizadas pela DPE/PR.

Conforme quadro-resumo, abaixo, apresenta-se o rol de licitações ou contratações diretas realizadas em 2022 e os seus respectivos valores:

QUADRO 8 - RELAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS REALIZADAS EM 2022 NA DPE/PR.

OBJETO	ID	Valor
Aquisição de refis para purificação de água.	PE 001/2022	R\$ 41.325,15
Serviços de limpeza, portaria, copa e conservação. <sup>1</sup>	PE 002/2022	-
Aquisição de mexedor de café e coador.	PE 003/2022	R\$ 7.100,00
Aquisição de açúcar cristal e refinado.	PE 004/2022	R\$ 9.080,00
Aquisição de persianas.	PE 005/2022	R\$ 248.984,00
Aquisição de solução em firewall. <sup>1</sup>	PE 006/2022	-
Aquisição de material de informática.	PE 007/2022	R\$ 9.083,85
Manutenção de bombas d'água. <sup>2</sup>	PE 008/2022	-
Aquisição de placas indicativas.	PE 009/2022	R\$ 36.499,36
Serviço de vigilância remota integrada.	PE 010/2022	R\$ 5.990.399,52
Manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado em unidade de Curitiba.	PE 011/2022	R\$ 35.860,00
Aquisição de utensílios de copa e cozinha.	PE 012/2022	R\$ 4.602,00
Aquisição de lenços umedecidos em álcool 70°.	PE 013/2022	R\$ 94.380,00
Aquisição de eletrodomésticos.	PE 014/2022	R\$ 199.475,10
Aquisição de itens de cerimonial.	PE 015/2022	R\$ 769,86
Aquisição de pilhas, baterias e carregadores.	PE 016/2022	R\$ 4.394,00
Aquisição de embalador de guarda-chuva e refis.	PE 017/2022	R\$ 35.600,00
Aquisição de desktops.	PE 018/2022	R\$ 3.701.985,82
Serviço de limpeza de caixas d'água e cisterna dos imóveis de Curitiba e RMC.	PE 019/2022	R\$ 14.193,42
Serviço de emissão de certificados digitais.	PE 020/2022	R\$ 41.249,00
Serviço de frete, com montagem e desmontagem de móveis, para desmobilização da sede de Cianorte.	PE 021/2022	R\$ 9.090,00
Aquisição de switches. <sup>3</sup>	PE 022/2022	-
Aquisição de licenças do software AutoCAD LT. <sup>3</sup>	PE 023/2022	-
Aquisição de itens de cerimonial.	PE 024/2022	R\$ 13.341,00
Aquisição de eletrodomésticos. <sup>2,3</sup>	PE 025/2022	-
Aquisição de maleta de ferramentas. <sup>3</sup>	PE 026/2022	-
Aquisição de armários em aço.	PE 213/2022/SEAP	R\$ 167.679,50
Serviço de telefonia móvel.	PE 79/2022/SEAP	R\$ 36.775,52
Material de expediente – Grupo I.	PE 262/2022/SEAP	R\$ 11.865,00
Material de expediente – Grupo V.	PE 266/2022/SEAP	R\$ 9.345,00
Material de expediente – Grupo III.	PE 267/2022/SEAP	R\$ 21.021,25
Material de expediente – Grupo II.	PE 268/2022/SEAP	R\$ 16.262,75
Aquisição de gêneros alimentícios – Grupo X.	PE 555/2022/SEAP	R\$ 2.442,00
Material de expediente – Grupo VI.	PE 269/2022/SEAP	R\$ 8.797,00
Material de expediente – Grupo IV.	PE 260/2022/SEAP	R\$ 9.505,10
Material de expediente – Grupo VII.	PE 319/2022/SEAP	R\$ 906,55
Aquisição de bobinas de plástico bolha e aplicadores de fita adesiva.	PE 183/2022/SEAP	R\$ 784,68
Aquisição de equipamentos de informática.	PE 78/2022/SEAP	R\$ 54.480,32
Aquisição de gêneros alimentícios – Grupo B.	PE 1252/2022/SEAP	R\$ 13.629,75
Aquisição de artigos para higiene.	PE 1142/2022/SEAP	R\$ 62.919,50
Aquisição de material de limpeza – Grupo I.	PE 1142/2022/SEAP	R\$ 4.274,00
Reparo no quadro de energia da sede de Foz do Iguaçu.	DL 001/2022	R\$ 4.050,00
Aquisição de 01 (um) extintor de incêndio para sede de Atendimento em Curitiba.	DL 002/2022	R\$ 155,00
Contratação de fornecimento de até 75 (setenta e cinco) unidades de galão de água por ano para a sede de Pato Branco.	DL 003/2022	R\$ 1.200,00
Contratação de fornecimento de até 76 (setenta e seis) unidades de galão de água por ano para a sede de Cascavel.	DL 004/2022	R\$ 874,00
Contratação de fornecimento de até 75 (setenta e cinco) unidades de galão de água por ano para a sede de Pato Branco.	DL 005/2022	R\$ 1.200,00
Contratação de fornecimento de até 140 (cento e quarenta) unidades de galão de água por ano para a sede de Umuarama.	DL 006/2022	R\$ 1.526,00
Contratação de fornecimento de até 240 (duzentos e quarenta) unidades de galão de água por ano para a sede de São José dos Pinhais.	DL 007/2022	R\$ 3.360,00
Impressão do Relatório de Gestão 2017/2021.	DL 008/2022	R\$ 12.660,00

Contratação de fornecimento de até 72 (setenta e dois) unidades de galão de água por ano para a sede de Guarapuava.	DL 009/2022	R\$ 1.036,00
Contratação de fornecimento de até 200 (duzentas) unidades de galão de água por ano para a sede de Apucarana.	DL 010/2022	R\$ 2.600,00
Instalação de grade de proteção em porta da sede de São José dos Pinhais.	DL 011/2022	R\$ 1.650,00
Reparo das portas de ferro da sede de Atendimento Central em Curitiba.	DL 012/2022	R\$ 16.490,00
Contratação de serviços de detetização em geral para as sedes de Curitiba.	DL 013/2022	R\$ 4.240,00
Serviço de manutenção de porta de vidro da sede de Guarapuava	DL 014/2022	R\$ 390,00
Aquisição e instalação de 05 (cinco) purificadores de água para sede de Curitiba.	DL 015/2022	R\$ 7.495,00
Aquisição de 03 (três) fogões cooktop por indução.	DL 016/2022	R\$ 8.460,00
Aquisição e instalação de artigos de sinalização e combate à incêndio para a sede de São José dos Pinhais.	DL 017/2022	R\$ 1.369,25
Contratação de fornecimento de até 40 (quarenta) unidades de galão de água por ano para a sede de Apucarana.	DL 018/2022	R\$ 560,00
Serviço de substituição de reatores e lâmpadas da sede de Umuarama.	DL 019/2022	R\$ 300,00
Manutenção hidráulica da sede de Atendimento Central em Curitiba.	DL 020/2022	R\$ 961,80
Serviço de frete para aparelhamento da sede de Pato Branco.	DL 021/2022	R\$ 7.478,00
Retificação da DL nº 020/2022. Manutenção hidráulica da sede de Atendimento Central em Curitiba.	DL 022/2022	R\$ 961,80
Aquisição de switches de 8 portas.	DL 023/2022	R\$ 2.434,95
Aquisição de plaquetas patrimoniais.	DL 024/2022	R\$ 3.445,65
Aquisição e instalação de divisórias em drywall para a sede de Ponta Grossa.	DL 025/2022	R\$ 11.472,00
Contratação do serviço de revelação fotográfica e aplicação em molduras.	DL 026/2022	R\$ 7.980,00
Aquisição de bandeiras de mesa.	DL 027/2022	R\$ 807,30
Aquisição de displays de mesa em acrílico.	DL 028/2022	R\$ 780,00
Aquisição de digitalizadores de código de barras portáteis.	DL 029/2022	R\$ 1.320,00
Aquisição de 02 (duas) câmeras endpoint.	DL 030/2022	R\$ 16.960,36
Manutenção e recarga de 04 extintores da sede de Ponta Grossa.	DL 031/2022	R\$ 160,00
Aquisição de fitas ribbon smart para impressão de crachás.	DL 032/2022	R\$ 1.100,00
Instalação de 12 (doze) drivers led para a sede de Ponta Grossa.	DL 033/2022	R\$ 840,00
Instalação de 06 (seis) equipamentos de ar-condicionado para a sede de Cascavel.	DL 034/2022	R\$ 3.420,00
Fornecimento de energia elétrica para diversas sedes.	DL 035/2022	R\$ 384.000,00
Serviço de detetização em geral para a sede de São José dos Pinhais.	DL 036/2022	R\$ 1.260,00
Contratação de fornecimento de até 145 (cento e quarenta e cinco) unidades de galão de água por ano para a sede de Francisco Beltrão.	DL 037/2022	R\$ 1.740,00
Aquisição de materiais impressos para atendimento ao público.	DL 038/2022	R\$ 4.790,00
Manutenção de bombas de drenagem da sede da Administração. <sup>4</sup>	DL 039/2022	R\$ 29.399,63
Aquisição de guilhotina.	DL 040/2022	R\$ 253,47
Contratação de fornecimento de até 110 (cento e dez) unidades de galão de água por ano para a sede de Guaratuba.	DL 041/2022	R\$ 1.870,00
Aquisição de 1.400 folhas de papéis especiais para impressão de certificados de conclusão de cursos da Edepar.	DL 042/2022	R\$ 688,00
Serviço de publicação de aviso de licitação em jornal de grande circulação.	DL 043/2022	R\$ 12.000,00
Contração de publicações no DIOE/PR.	IN 001/2022	R\$ 10.000,00
Contratação de plataforma especializada para pesquisa de preços e licitações públicas.	IN 002/2022	R\$ 69.600,00
Custeio de 01 (uma) inscrição no XXVI Congresso Nacional de Criminalística.	IN 003/2022	R\$ 950,00
Custeio de 08 (oito) inscrições para curso de capacitação: "VÍCIOS E ERROS GROSSEIROS NA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: COMO EVITAR, QUANDO SANEAR E COMO RESOLVER A PARTIR DE PRECEDENTES DO TCU"	IN 004/2022	R\$ 16.860,00
Contratação de palestrante para ministrar curso de capacitação em transferências voluntárias, com renúncia de honorários e custeio de hospedagem.	IN 005/2022	R\$ 0,00
Custeio de 01 (uma) inscrição no XI Encontro de Pesquisa Empírica em Direito.	IN 006/2022	R\$ 145,00
Custeio de 01 (uma) inscrição no IX ENOP – Encontro Nacional de Obras Públicas e Serviços de Engenharia.	IN 007/2022	R\$ 2.690,00
Contratação de palestrante para ministrar curso de capacitação em Atendimento a pessoas indígenas acusadas ou condenadas por crimes.	IN 008/2022	R\$ 4.320,00

Contratação de 14 (quatorze) inscrições para o XV Congresso Nacional de Defensores Públicos.	IN 009/2022	R\$ 10.500,00
Contratação de 1 (uma) inscrição em curso de formação de Instrutores de Justiça Restaurativa e Práticas Restaurativas/Transformativas de Conflitos e Crimes.	IN 010/2022	R\$ 3.300,00
Custeio de 02 (duas) inscrições no Seminário Nacional de Assessoria Jurídica.	IN 011/2022	R\$ 7.173,00
Contratação da capacitação “Estruturação sistêmica do Controle Interno, abrangendo os controles internos administrativos e com atuação integrada ao gerenciamento por processos de trabalho e à gestão de riscos.”	IN 012/2022	R\$ 23.500,00
Contratação de assinatura anual da ferramenta Sollicita PRO.	IN 013/2022	R\$ 33.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 11.634.314,78</b>

Legenda:

PE – Pregão Eletrônico realizado pela DPE/PR.

PE SEAP – Pregão Eletrônico realizado pela SEAP.

DL – Dispensa de Licitação.

IN – Inexigibilidade de Licitação.

Notas:

<sup>1</sup> Licitação/Contratação anulada.

<sup>2</sup> Licitação deserta.

<sup>3</sup> Licitação fracassada.

<sup>4</sup> Despesa não realizada em 2022. Não computa no somatório geral.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.

Com base nas licitações ou contratações diretas ocorridas em 2021 e 2022, 43 (quarenta e três) novos contratos foram celebrados em 2022, importando em um acréscimo de, aproximadamente, 138% (cento e trinta e oito por cento) em relação ao ano anterior. Abaixo, reúne-se a lista de contratos oficializados em 2022:

QUADRO 9 - RELAÇÃO DE CONTRATOS CELEBRADOS EM 2022.

OBJETO	CONTRATADA	NÚMERO DO CONTRATO
Comunicação de dados e internet.	Copel Telecom S.A.	001/2022 <sup>2</sup>
Emissão de certificados digitais.	Soluti Soluções em Negócios Inteligentes S/A.	002/2022 <sup>1</sup>
Manutenção de mobiliário.	G.M.G Comércio de Móveis, Máquinas Equipamentos para Escritório LTDA – EPP.	003/2022 <sup>1</sup>
Manutenção de mobiliário.	G.M.G Comércio de Móveis, Máquinas Equipamentos para Escritório LTDA – EPP.	004/2022 <sup>1</sup>
Manutenção de mobiliário.	Mão Forte Assistência Técnica LTDA – ME.	005/2022 <sup>1</sup>
Manutenção de mobiliário.	José Bezerra da Costa.	006/2022 <sup>1</sup>
<i>Outsourcing</i> de reprografia.	Simpress Comércio e Locação e Serviços LTDA.	007/2022 <sup>1</sup>
Dedetização em geral da sede de Foz do Iguaçu.	Ecovitalle Soluções Ambientais Ltda.	008/2022 <sup>2</sup>
Fornecimento de água para a sede de Cascavel.	Alexandre & Tavares Ltda.	009/2022 <sup>2</sup>
Telefonia móvel.	Claro S.A.	010/2022 <sup>1</sup>
Implantação de <i>Moodle</i> .	Brasil Aprender Eireli.	011/2022 <sup>1</sup>
Fornecimento de <i>coffee break</i> em Curitiba.	Padaria e Confeitaria Favo e Mel Eireli.	012/2022 <sup>1</sup>
<del>Não utilizado.</del>	-	<del>013/2022</del>
Fornecimento água mineral em Curitiba.	Daxx Store Comercial Acessórios Ltda	014/2022 <sup>1</sup>
<del>Não utilizado.</del>	-	<del>015/2022</del>
Fornecimento de água mineral em Campo Mourão.	Pamela Lenara M. Torres - ME	016/2022 <sup>2</sup>
Serviços bancários.	Banco Do Brasil S/A	017/2022 <sup>2</sup>
Fornecimento de água mineral em Pato Branco.	Adilson Maschio - ME	018/2022 <sup>2</sup>
Serviços de limpeza e portaria em Ponta Grossa e Guarapuava.	Pontual Serviços Terceirizados Ltda.	019/2022 <sup>1</sup>



Serviços de limpeza e portaria em Cascavel e Foz do Iguaçu.	Deltalimp Serviços Terceirizados Ltda.	020/2022 <sup>1</sup>
Fornecimento de água mineral em Umuarama.	Comércio de Água Mineral Xodó Ltda.	021/2022 <sup>2</sup>
Fornecimento de água mineral em Cornélio Procopio.	Empresa Albuquerque Comércio de Gás Ltda.	022/2022 <sup>2</sup>
Plataforma de pesquisa de preços e licitações.	NP Tecnologia e Gestão de Dados Ltda.	023/2022 <sup>3</sup>
Fornecimento de água mineral em Guarapuava.	Luiz Carlos Ida - Pingo D'agua	024/2022 <sup>2</sup>
Manutenção de porta de vidro de Guarapuava.	Pedro Antônio Ogibowski Me (Domus Soluções Domésticas)	025/2022 <sup>2</sup>
Publicação no DIOE/PR.	Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná.	026/2022 <sup>3</sup>
Dedetização em geral das unidades de Curitiba e Colombo.	Líder Dedetizadora Ltda – ME.	027/2022 <sup>2</sup>
Fornecimento de água mineral em Apucarana.	Apucarana Comércio de Bebidas Ltda (Japa Água).	028/2022 <sup>2</sup>
Fornecimento de água mineral em Cianorte.	Ciagás Comercial De Gás Cianorte Ltda.	029/2022 <sup>2</sup>
Comunicação de dados e internet.	Copel Telecomunicações S/A.	030/2022 <sup>1</sup>
Lavagem de veículos oficiais.	Jackson Luiz Bernardo.	031/2022 <sup>2</sup>
Emissão de certificados digitais.	Soluti Soluções em Negócios Inteligentes S/A.	032/2022 <sup>1</sup>
Serviço de telefonia fixa.	OI S.A.	033/2022 <sup>1</sup>
Serviço de telefonia fixa.	Claro S.A.	034/2022 <sup>1</sup>
Manutenção hidráulica da sede de Atendimento Central em Curitiba.	Aev Encanadores Ltda.	035/2022 <sup>2</sup>
Serviço de telefonia fixa.	Sercomtel S.A Telecomunicações.	036/2022 <sup>1</sup>
Fornecimento de energia elétrica.	Copel Distribuição S.A.	037/2022 <sup>2</sup>
Fornecimento de água mineral em Francisco Beltrão.	Blue Distribuidora de Bebidas Ltda.	038/2022 <sup>2</sup>
Manutenção de equipamentos de ar-condicionado em Curitiba.	Emerson Ferreira de Araújo – ME.	039/2022 <sup>1</sup>
Vigilância remota.	Betron Tecnologia em Segurança LTDA	040/2022 <sup>1</sup>
<del>Manutenção de bombas de drenagem. <sup>4</sup></del>	<del>Estel Bombas Hidráulicas LTDA</del>	<del>041/2022<sup>2</sup></del>
Limpeza de caixas d'água e cisternas de Curitiba e RMC.	Akabinseto Dedetizadora Ltda Me	042/2022 <sup>1</sup>
<del>Não utilizado.</del>	-	<del>043/2022</del>
Fornecimento de desktops.	Positivo Tecnologia S.A (Filial)	044/2022 <sup>1</sup>
Emissão de certificados digitais.	Online Certificadora LTDA	045/2022 <sup>1</sup>
Serviços e soluções em Tecnologia da Informação.	Companhia da Informação E Comunicação Do Paraná (Celepar)	046/2022 <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Licitação.

<sup>2</sup> Dispensa de licitação.

<sup>3</sup> Inexigibilidade de licitação.

<sup>4</sup> Cancelada.

FONTE: PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ E DEPARTAMENTO DE CONTRATOS (DPC)

### 3.4. ESTRUTURA FÍSICA

Em 2022, a Defensoria Pública do Estado do Paraná se manteve nas comarcas em que já se encontrava instalada, além da reabertura de um posto de atendimento em Paranaguá, conforme quadro abaixo:

QUADRO 10 - COMARCAS COM ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, EM 2022.

MESORREGIÃO	CIDADE	SITUAÇÃO DA SEDE
CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA	CURITIBA – ADMINISTRAÇÃO	ALUGADA
	CURITIBA – ATENDIMENTO CENTRAL	ALUGADA
	CURITIBA – NÚCLEOS ESPECIALIZADOS, CORREGEDORIA E ESCOLA DA DPE/PR	ALUGADA
	COLOMBO	ALMOXARIFADO CENTRAL
	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	CEDIDA PELO MUNICÍPIO.
SUDOESTE	FRANCISCO BELTRÃO	CEDIDA PELO MUNICÍPIO.
	PATO BRANCO	CEDIDA PELO TJ/PR.
SUDESTE	UNIÃO DA VITÓRIA	CEDIDA PELO TJ/PR.
OESTE	CASCADEL	ALUGADA
	FOZ DO IGUAÇU	ALUGADA
CENTRO OCIDENTAL	CAMPO MOURÃO	CEDIDA PELO MUNICÍPIO.
CENTRO SUL	GUARAPUAVA	ALUGADA
NOROESTE	CIANORTE	ALUGADA/CEDIDA
	UMUARAMA	ALUGADA
NORTE CENTRAL	MARINGÁ	ALUGADA
	LONDRINA	ALUGADA
	APUCARANA	CEDIDA PELO FÓRUM
NORTE PIONEIRO	CORNÉLIO PROCÓPIO	ALUGADA
CENTRO ORIENTAL	PONTA GROSSA	ALUGADA
	CASTRO	CEDIDA PELO MUNICÍPIO
	GUARATUBA	CEDIDA PELO TJ/PR.
LITORAL	PARANAGUÁ	CEDIDA PELO MUNICÍPIO

FONTE: COORDENADORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA

Em relação aos locais utilizados para a prestação dos serviços institucionais, duas mudanças ocorreram. A primeira trata da desmobilização da unidade própria de Cianorte, ao final de 2022, e a instalação de posto em espaço cedido pelo município. A segunda trata da abertura de posto avançado em Paranaguá, também em local cedido pelo município.

Em relação à comarca de Curitiba, além do atendimento realizado na sede situada na Rua José Bonifácio, nº 66, Centro, a Instituição também encerrou o ano presente nos seguintes locais:

- Núcleo Criminal de Curitiba – Fórum do Santa Cândida;
- Defensoria Pública no Fórum de Santa Felicidade;
- Defensoria Pública no Fórum do Boqueirão;

- Defensoria Pública no Fórum do CIC;
- Defensoria Pública no Fórum do Pinheirinho;
- Defensoria Pública no Fórum do Ahú;
- Casa da Mulher Brasileira;
- Defensoria Pública de Classe Especial – Segundo Grau de Jurisdição;
- Tribunal do Júri;
- Defensoria Pública no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;
- Defensoria Pública na Vara da Infância e da Juventude e Adoção;
- Defensoria Pública na Vara de adolescentes em conflito com a lei - Infância e Juventude infracional;
- Defensoria Pública na Vara de Infrações Penais contra Crianças, Adolescentes e Idosos; e,
- Posto na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Analogamente, a Instituição contava com sala de apoio descentralizada nos foros municipais ou demais espaços públicos nas seguintes cidades: Apucarana, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Campo Mourão e Guarapuava. Ao todo, ao final de 2022, a DPE/PR estava presente em 41 (quarenta e uma) unidades.

#### 4. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, assegura à Instituição, conforme prevê o artigo 7º, a autonomia funcional, administrativa, financeira e a iniciativa para a elaboração de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal (CF), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A autonomia financeira, logo, é exercida quando uma entidade pública detém recursos suficientes e é capaz de administrá-los conforme a própria programação de execução de despesas – sejam estes recursos financeiros originados de fontes de arrecadação própria ou de repasses do Tesouro do Estado.

A manutenção e a ampliação da estrutura institucional, neste caso, são custeadas pelo Tesouro do Estado através da execução do orçamento da Defensoria Pública, enquanto que as fontes próprias são receitas exclusivas do Fundo da Defensoria Pública (Fundep). Ainda que seja uma fonte alheia à competência fiscal da Defensoria Pública, o Tesouro do Estado deve promover a autonomia financeira da Instituição através de um financiamento suficiente e sustentável.

Já, em relação ao cronograma de repasse, este está legalmente instituído com texto encontrado na Constituição Federal, art. 168, e na Lei Orgânica da Defensoria Pública, art. 8, § 4º. Trata-se do repasse mensal de recursos correspondentes às dotações orçamentárias, divididas igualmente em 12 partes, ou seja, trata-se de repasse duodecimal.

Em relação ao exercício da autonomia financeira até aqui apresentado, importante mencionar que este tema foi debatido durante o ano de 2015 através das ADIs 5217, 5218 e 5381, oportunidades em que o Supremo Tribunal Federal reafirmou a autonomia constitucionalmente garantida à DPE/PR.

Superada essa breve apresentação, passa-se a análise da disponibilidade orçamentária e financeira da Instituição no exercício de 2022. Assim, nos termos do art. 19 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, Lei nº 20.648, de 20 de julho de 2021, foi fixado o orçamento de R\$ 73.500.000,00 (setenta e três milhões e quinhentos mil reais) para a Unidade Orçamentária 07.01 – Defensoria Pública. O montante foi,

aproximadamente, 2% (dois por cento) acima daquele fixado para o exercício de 2021, revelando, portanto, ligeiro acréscimo no orçamento proveniente do Tesouro Estadual.

Dessa maneira, os recursos orçamentários e disponibilidade financeira da Defensoria Pública, em 2022, dividiram-se sob a seguinte estrutura:

QUADRO 11 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022.

Fonte de Recursos	Orçamento Inicial (R\$)	Suplementação de Dotações (R\$)	Cota Insuficiência Financeira (R\$) <sup>1</sup>	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	Disponibilidade Financeira (R\$)
100 - Tesouro Estadual - Ordinário não vinculado.	71.440.523,00	0,00	2.059.477,00	71.440.523,00	73.500.000,00
148 – Tesouro Estadual – Outros Convênios / Outras Transferências.	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.059.477,00</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>73.500.000,00</b>

<sup>1</sup> Dedução de insuficiência orçamentária, conforme art. 14 da LOA 2022, não computando como disponibilidade orçamentária para a DPE/PR.

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Verifica-se ligeira discrepância entre a disponibilidade orçamentária e a disponibilidade financeira no exercício. Isso ocorre pela retenção de parte do orçamento institucional para cobertura da insuficiência financeira decorrente do Fundo Financeiro Previdenciário que gere a aposentaria de alguns membros da DPE/PR. O cômputo desse valor é apresentado pela Paraná Previdência e tratado como extraorçamentária pela sua natureza compensatória. Não obstante, o recurso ingressa como disponibilidade financeira duodecimal, fazendo com que esta coincida com o orçamento legalmente aprovado para o exercício.

Ainda, verifica-se que em 2022 não houve a suplementação orçamentária, apresentando-se, portanto, a seguinte distribuição orçamentária:

QUADRO 12 - PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022.

Despesa	Orçamento Inicial (R\$)	Ajustes Orçamentários entre Dotações (R\$)	Suplementação de Dotações (R\$)	Disponibilidade Orçamentária (R\$)
Pessoal e Encargos	62.547.523,00	(695.000,00)	0,00	61.852.523,00
Outras Despesas Correntes	8.893.500,00	695.000,00	0,00	9.588.500,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.441.023,00</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Observa-se que, em 2022, tal qual em 2021, nenhum recurso orçamentário foi previsto para a conta “Investimentos”. Isso deriva da decisão institucional em se valer dos recursos do Fundep para essa finalidade.

Posto isto, deve-se adentrar na análise de execução orçamentária e financeira da Instituição. Nesse aspecto, a Defensoria Pública apresentou índice de execução orçamentária consistente, mantendo-se a toada dos anos anteriores, executando-se, quase em sua totalidade, o orçamento disponibilizado para a Instituição durante o período, conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 13 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022.

<b>Despesa</b>	<b>Disponibilidade Orçamentária (R\$)</b>	<b>Empenhado (R\$)</b>	<b>Execução Orçamentária (%)</b>
Pessoal e Encargos	61.852.523,00	61.744.893,69	99,83%
Outras Correntes	9.588.500,00	9.470.213,01	98,77%
Investimentos	0,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>71.440.523,00</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>99,68%</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Evidenciando-se, ainda, as demais etapas da execução das despesas, verifica-se ampla liquidação das despesas empenhadas no exercício, correspondendo a, aproximadamente, 100% (cem por cento) do orçamento institucional. Assim, a execução financeira da DPE/PR teve o seguinte contorno:

QUADRO 14 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022.

<b>Despesa</b>	<b>Empenhado (R\$)</b>	<b>Liquidado no Exercício (R\$)</b>	<b>Pago no Exercício (R\$)</b>	<b>RP Processados (Empenho Liquidado a Pagar) (R\$)</b>	<b>RP Não Processados (Empenho a Liquidar) (R\$)</b>
Pessoal e Encargos	61.744.893,69	61.702.510,17	61.702.510,17	0,00	42.383,52
Outras Correntes	9.470.213,01	9.467.205,06	9.467.205,06	0,00	3.007,95
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>0,00</b>	<b>45.391,47</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Ademais, em relação aos Restos a Pagar Processados de 2021, estes foram integralmente pagos durante o exercício de 2022, conforme se pode observar:

QUADRO 15 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DE 2021.

Despesa	RP Processados 2021 (R\$)	Pago em 2022 (R\$)	Cancelado em 2022 (R\$)	Saldo RP Processados de 2021 (R\$)
Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Correntes	754,00	754,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>754,00</b>	<b>754,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Em relação aos Restos a Pagar não processados, mantém-se situação proveniente de 2016, conforme se constata no quadro a seguir:

QUADRO 16 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2016.

Despesa	RP Não Processados de 2016 em 2022 (R\$)	Cancelamento de RP Não Process. de 2016 em 2022 (R\$)	RP Não Process. de 2016 Liquidado em 2022 (R\$)	RP Não Process. de 2016 Pago em 2022 (R\$)	Saldo RP Não Processados de 2016 (R\$)
Pessoal e Encargos	1.196,30	0,00	0,00	0,00	1.196,30
Outras Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.196,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.196,30</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Já quanto aos Restos a Pagar não Processados de 2018, houve o integral cancelamento do saldo remanescente:

QUADRO 17 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2018.

Despesa	RP Não Processados de 2018 em 2022 (R\$)	Cancelamento de RP Não Process. de 2018 em 2022 (R\$)	RP Não Process. de 2018 Liquidado em 2022 (R\$)	RP Não Process. de 2018 Pago em 2022 (R\$)	Saldo RP Não Processados de 2018 (R\$)
Pessoal e Encargos	68.343,31	68.343,31	0,00	0,00	0,00
Outras Correntes	208.441,18	208.441,18	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>276.784,49</b>	<b>276.784,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Em relação aos Restos a Pagar não Processados de 2019, cumpre informar que houve significativo decréscimo do saldo inicial, mantendo-se saldo positivo a ser processado em exercício subsequente, conforme se demonstra:

QUADRO 18 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2019.

<b>Despesa</b>	<b>RP Não Processados de 2019 em 2022 (R\$)</b>	<b>Cancelamento de RP Não Process. de 2019 em 2022 (R\$)</b>	<b>RP Não Process. de 2019 Liquidado em 2022 (R\$)</b>	<b>RP Não Process. de 2019 Pago em 2022 (R\$)</b>	<b>Saldo RP Não Processados de 2019 (R\$)</b>
Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Correntes	1.137,24	0,00	873,67	873,67	263,57
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.137,24</b>	<b>0,00</b>	<b>873,67</b>	<b>873,67</b>	<b>263,57</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Sobre os Restos a Pagar não Processados de 2020, apurou-se, ainda, saldo positivo, conforme apresentado a seguir:

QUADRO 19 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2020.

<b>Despesa</b>	<b>RP Não Processados de 2020 em 2022 (R\$)</b>	<b>Cancelamento de RP Não Process. de 2020 em 2022 (R\$)</b>	<b>RP Não Process. de 2020 Liquidado em 2022 (R\$)</b>	<b>RP Não Process. de 2020 Pago em 2022 (R\$)</b>	<b>Saldo RP Não Processados de 2020 (R\$)</b>
Pessoal e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Correntes	54.626,77	43.484,39	4.875,01	4.875,01	6.267,37
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>54.626,77</b>	<b>43.484,39</b>	<b>4.875,01</b>	<b>4.875,01</b>	<b>6.267,37</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Por último, quanto aos Restos a Pagar não Processados, apresenta-se sua composição referente às despesas de 2021:

QUADRO 20 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE 2021.

<b>Despesa</b>	<b>RP Não Processados de 2021 em 2022 (R\$)</b>	<b>Cancelamento de RP Não Process. de 2021 em 2022 (R\$)</b>	<b>RP Não Process. de 2021 Liquidado em 2022 (R\$)</b>	<b>RP Não Process. de 2021 Pago em 2022 (R\$)</b>	<b>Saldo RP Não Processados de 2021 (R\$)</b>
Pessoal e Encargos	1.159.279,04	44.852,90	704.744,27	704.744,27	409.681,87
Outras Correntes	1.400.837,08	763.453,47	609.733,92	609.733,92	27.649,69
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.560.116,12</b>	<b>808.306,37</b>	<b>1.314.478,19</b>	<b>1.314.478,19</b>	<b>437.331,56</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).



Apresenta-se, a seguir, o fluxo de caixa da DPE/PR:

QUADRO 21 - FLUXO DE CAIXA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022.

Movimentação	Fluxo de Caixa
(=) SALDO INICIAL	19.013.917,57
(+) INGRESSOS	137.921.640,33
(-) SAÍDAS	135.938.604,24
(=) SALDO FINAL EM CAIXA	20.996.953,66
(-) RESTOS A PAGAR	(489.253,97)
(-) PASSIVO EXTRAORÇAMENTÁRIO	(9.053,13)
<b>(=) SALDO FINAL</b>	<b>20.498.646,56</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Por conseguinte, com fito em demonstrar a evolução orçamentária da Defensoria Pública do Estado do Paraná, apresenta-se o quadro a seguir:

QUADRO 22 - EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2017 E 2022, EM VALORES ABSOLUTOS.

Informação	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Orç. Disponível</b>	<b>64.646.257</b>	<b>65.000.000</b>	<b>68.090.000</b>	<b>72.001.000</b>	<b>71.878.320</b>	<b>71.441.023</b>
Desp. Empenhadas	64.080.283,83	63.799.152	64.940.341	66.926.953	68.000.898	71.215.107
Desp. Liquidadas	61.823.616,08	60.531.327	63.846.452	65.984.731	65.440.781	71.169.715
Desp. Pagas <sup>1</sup>	61.640.833,47	59.695.921	63.841.352	65.969.084	65.440.027	71.169.715
Saldo Orç. <sup>2</sup>	565.973,17	1.200.848	3.149.659	5.074.047	3.877.422	225.916

<sup>1</sup> Computando-se despesas pagas de exercícios anteriores.

<sup>2</sup> Em relação ao valor empenhado.

FONTE: SIAF E DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Em termos percentuais de execução, o quadro anterior pode ser apresentado da seguinte forma:

QUADRO 23 - EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, ENTRE 2016 E 2022, EM VALORES PERCENTUAIS.

Informação	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Orçamento Disponível</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Despesas Empenhadas	99,1%	98,2%	95,4%	93,0%	94,6%	99,7%
Despesas Liquidadas	95,6%	93,1%	93,8%	91,6%	91,0%	99,6%
Despesas Pagas	95,4%	91,8%	93,8%	91,6%	91,0%	99,6%
Saldo Orçamentário	0,9%	1,8%	4,6%	7,0%	5,4%	0,3%

FONTE: SIAF.

Verifica-se, em análise comparada com anos anteriores, que a Defensoria Pública manteve, em 2022, elevado nível de execução orçamentária, em que se pode considerar a completa execução do orçamento efetivamente disponível.

Imperioso frisar, por fim, que a breve apresentação dos dados financeiros e orçamentários do presente relatório vem em prol de melhor entendimento do cenário institucional, sendo que os detalhes das operações realizadas serão apresentados de forma especializada em relatório emitido pelo Departamento Financeiro.

## 5. PLANO PLURIANUAL 2020-2023 E AÇÕES INSTITUCIONAIS

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, em 2022, desenvolveu suas atividades de acordo com o terceiro ano do Plano Plurianual (PPA) 2020/2023, instituído pela Lei Estadual nº 20.077, de 03 de janeiro de 2020.

O Plano Plurianual, tal qual ocorre em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, é acompanhado pela Coordenadoria de Planejamento da Defensoria Pública do Estado do Paraná, órgão ao qual também compete o monitoramento e inclusão de dados no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME.

No PPA 2020-2023, a Defensoria Pública manteve como seu principal indicador de desempenho a quantidade de atuações voltadas ao atendimento da população do Estado. Em termos metodológicos, o acompanhamento dos resultados se dará por metas quantitativas anuais. Ao final do período, diferentemente do ciclo plurianual 2016/2019, não se objetiva uma análise cumulativa de todos os anos, mas verificar se a DPE/PR foi capaz de atingir a marca de 500.000 (quinhentas mil) atuações em 2023.

Essa metodologia evidencia que as metas foram fixadas para se promover um crescimento sustentado, de forma a desconsiderar eventuais períodos excepcionais que pudessem distorcer a análise, caso essa fosse cumulativa.

Assim, na esteira de 2021, em 2022, observou-se a manutenção de um alto patamar de atuação. Ao todo, foram realizadas 594.147 (quinhentas e noventa e quatro mil, cento e quarenta e sete) atuações, correspondendo a, aproximadamente, 125% (cento e vinte e cinco por cento) da meta prevista para o período. Além, os números apresentados em 2022, assim como em 2021, já superam a meta de atuações previstas ao final do corrente ciclo plurianual, conforme se observa no quadro abaixo:

QUADRO 24 – ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA, ENTRE 2020 E 2023.

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>TOTAL</b>
2020	PREVISTA	400.000
	REALIZADA	455.088
	EXECUÇÃO (%)	113,8%
2021	PREVISTA	450.000
	REALIZADA	666.821
	EXECUÇÃO (%)	148,2%
2022	PREVISTA	475.000
	REALIZADA	594.147
	EXECUÇÃO (%)	125,1%
2023	PREVISTA	500.000
	REALIZADA	-
	EXECUÇÃO (%)	-
2020-2023	PREVISTA	500.000
	REALIZADA	594.147
	EXECUÇÃO (%)	118,8%

FONTE: SIGAME

Logo, verifica-se que a abrupta mudança no modelo de atendimento ao usuário, ocorrida em 2020, quando do início da pandemia causada pela Covid-19, não apenas foi absorvida, mas aprimorada ao longo dos anos seguintes, apresentando um resultado ainda mais significativo em relação à meta inicial. A ligeira retração em relação ao número de atuações aferidas em 2021 pode estar relacionada à descontinuidade de modais de atendimento remoto que foram flexibilizados para melhor prestar o atendimento ao público nos períodos em que o isolamento social ainda era medida necessária e serão acompanhados nos exercícios seguintes.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, em 2022, manteve-se estável em relação à gestão global dos recursos disponíveis, cumprindo a meta estabelecida de atuações a serem realizadas junto aos seus usuários.

O ano foi marcado pela retomada do atendimento presencial e a gradativa descontinuidade de alguns instrumentos que flexibilizaram a atuação durante o período de pandemia causado pela Covid-19. Em termos objetivos, isso não resultou em uma variação significativa no número de atuações realizadas ao longo do exercício. Por outro lado, a retomada do atendimento presencial, mantendo-se ainda os canais digitais de comunicação, permitiu requalificar a atuação institucional.

Em relação às estruturas institucionais, manteve-se, também, pouca variação em relação aos anos anteriores, mantendo-se abertas 41 (quarenta e uma) unidades institucionais, entre espaços administrativos e finalísticos.

Por outro lado, os procedimentos licitatórios e contratos celebrados demonstram uma inversão nas dificuldades experimentadas durante o período pandêmico. Nota-se uma significativa retomada aos patamares de 2019, proveniente, sobretudo, pela estabilização das cadeias produtivas e, assim, a melhor resposta do mercado em geral às demandas institucionais. Diante desse resultado, prospecta-se que a DPE/PR poderá retomar o seu planejamento expansão ao longo do Estado, bem como ampliar a disponibilidade de recursos internos em prol de uma melhor atuação junto à população.

Por conseguinte, o orçamento de 2022 apresentou elevadíssimo índice de execução, com aplicação de mais de 99% (noventa e nove por cento) dos recursos disponíveis. Assim, muito embora tenha havido discreto aumento da disponibilidade orçamentária em relação ao ano de 2021, o orçamento proveniente do Tesouro Estadual se mostra extenuado para a continuidade da expansão institucional.

Diante do exposto, entende-se que a Defensoria Pública do Estado do Paraná obteve, em 2022, um excelente resultado na consecução da sua missão institucional.

Curitiba, 13 de março de 2023.

**MATHIAS LOCH**  
COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

5. 005 - Relatório do Controle Interno (III -Relatório do Controle Interno 2022)



---

**RELATÓRIO n.º 001/2023/UCI/DPPR**

Curitiba, 14 de março de 2023.

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ PARA O EXERCÍCIO DE 2022**

**1. INTRODUÇÃO**

A Agente de Controle Interno da Defensoria Pública do Estado do Paraná, formalmente designada na Resolução nº 062/2020 da Defensoria-Pública Geral, pelos termos da Instrução Normativa nº 176/2022/TCE-PR, vem apresentar relatório sobre os resultados obtidos durante a atuação do Controle Interno Avaliativo da Instituição no exercício financeiro de 2022.

**2. METODOLOGIA**

A análise empreendida se fundamenta em método referencial e avaliativo. Os procedimentos e as técnicas de controle foram aplicados para confirmar a observância à legislação vigente, avaliando-se a subsunção dos fatos às regras estabelecidas no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, nas leis orçamentárias, na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas normas e princípios administrativos.



---

### 3. ÁREAS AVALIADAS

Para o fim de atestar o cumprimento ao artigo 74 da Constituição da República e subsidiar o parecer do Controle Interno, este relatório discorrerá sobre i) metas previstas no Plano Plurianual, ii) avaliação dos resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; iii) apoio dado ao controle externo; e iv) ações realizadas internamente pela agente, incluindo os resultados das ações de controle, bem como as recomendações expedidas e as medidas que foram implementadas.

#### 3.1. METAS DO PPA/PROGRAMA DE GOVERNO

O **Plano Plurianual do Estado** (Lei nº 20.077/2020) a regular o quadriênio 2020-2023 estabeleceu como metas à Defensoria Pública do Estado do Paraná: realizar **500.000 (quinhentos mil) atuações** ao final do ciclo e a Descentralização da Atuação da Defensoria Pública, como **programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**.

Como características da meta “atuação” da Defensoria Pública ficou estabelecida a realização de ações e a alocação de recursos de modo à:

- i) Promover a ampliação da atuação nas comarcas em que estão sediadas as unidades da Defensoria Pública do Estado do Paraná. A atuação consiste na orientação jurídica, na promoção dos direitos humanos e na defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
- ii) Promover a atuação da Defensoria Pública em todas as mesorregiões do Estado do Paraná. A atuação institucional regionalizada considera a manutenção, estruturação e modernização das unidades de atendimento, a qualificação de pessoal, a implantação de sistemas e o aprimoramento das atividades.





Trata-se de dois objetivos que são a essência da Defensoria Pública: assistência jurídica lato senso, atuação suficiente quanto ao número de sedes e ao número de Defensores Públicos de modo a prestar um serviço eficiente à população, e promoção dos direitos humanos e dos direitos individuais e coletivos. Ao lado, está previsto um objetivo de meio, sem o qual não se alcançam aqueles, que é estruturar administrativamente o órgão.

Quanto à **assistência jurídica**, adotou-se uma metodologia na contabilização da atuação de forma a abranger todos os atos praticados pelos Defensores Públicos que impliquem no exercício da orientação jurídica ao cidadão, e não somente nos atendimentos realizados.

No ano de 2022, a Defensoria Pública, em seu compromisso de atender e defender a população paranaense mais vulnerável, executou 594.147 atuações através de seus canais de atendimento, sendo 185.481 atuações no 1º quadrimestre, 219.761 no 2º quadrimestre, e 188.905 no 3º quadrimestre<sup>1</sup>. A quantidade realizada foi 25% superior à previsão de 475.000 atuações para exercício de 2022. Em relação à meta plurianual, de natureza não cumulativa, destaca-se que em 2021 já tinha sido superada a meta de atuações prevista para 2023, fixada em 500.000 atuações/ano.

Ao que se refere à manutenção e ampliação da estrutura, a Defensoria Pública do Estado do Paraná esteve presente em todas as mesorregiões durante o exercício de 2022, vez que foram mantidas sedes nos seguintes municípios (18): Campo Mourão, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava, Curitiba, Guaratuba, São José dos Pinhais, Cianorte, Umuarama, Apucarana, Londrina, Maringá, Cornélio Procópio, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Pato Branco e União da Vitória. Em relação às estruturas institucionais, a Defensoria Pública manteve abertas 41 unidades, entre espaços administrativos e finalísticos.

Quanto à **capacitação**, no exercício de 2022 foi executado o Programa de Treinamento, Desenvolvimento e Educação desenvolvido pela Coordenação Geral de Administração. A partir dele, foi possível aferir que 41% dos servidores efetivos da



Administração foram contemplados com eventos de capacitação que tiveram ônus para a Defensoria.

Assim, relatados os pontos e feita a avaliação pelo Controle Interno, é possível concluir que a Defensoria Pública do Estado do Paraná **atendeu satisfatoriamente suas metas** previstas no Plano Plurianual.

### 3.2. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, em seu art. 19, apresentou que “a Defensoria Pública, terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de R\$ 73.500.000,00 (setenta e três milhões e quinhentos mil reais).”

Ao que se refere à **eficácia** da gestão, como realização dos objetivos e metas previstos na Lei Orçamentária Anual com o orçamento efetivamente aplicado, tem-se que a **gestão orçamentária pode ser considerada eficaz**, pois segundo os dados colhidos com o Departamento Financeiro, compilados no Relatório Circunstanciado de Gestão, praticamente a totalidade do orçamento foi executada durante o exercício, veja-se:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM 2022.

Despesa	Disponibilidade Orçamentária (R\$)	Empenhado (R\$)	Execução Orçamentária (%)
Pessoal e Encargos	61.852.523,00	61.744.893,69	99,83%
Outras Correntes	9.588.500,00	9.470.213,01	98,77%
Investimentos	0,00	0,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>71.440.523,00</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>98,77%</b>

FONTE: DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DFI).

Ademais, conforme descrito no Relatório de Gestão, é possível

<sup>1</sup> Coordenação de Planejamento da Defensoria Pública repassou as informações.



observar que aproximadamente 100% das despesas empenhadas no exercício foram liquidadas, sendo que remanesceu ligeiro saldo a ser liquidado com relação aos restos a pagar não processados.

No mais, observou-se que houve bom controle da disponibilidade financeira a lastrear os compromissos, pois os *restos a pagar processados* de anos anteriores foram integralmente quitados no exercício de 2022.

Por fim, visto ainda haver interferência na proposta orçamentária do órgão, novamente afirma-se que a **gestão financeira** que se almeja, como sendo aquela suficiente e planejável a longo prazo, **ainda pende de ser garantida** por numerário, via um orçamento satisfatório, e por efetiva liberação de recursos, possibilitando a assunção segura de compromissos financeiros.

O Relatório Circunstanciado de Gestão apresenta descrição pormenorizada das movimentações financeiras e os demonstrativos e balanços em anexo permitem a avaliação técnica, sendo desarrazoado repetir os dados fornecidos para além das indicações fundamentais de controle interno.

Por análise, conclui-se que **o desempenho orçamentário da Defensoria Pública pode ser considerado como satisfatório**, fundamentando-se nos dados dos sistemas administrativos e na avaliação supra. E, em conclusão parcial do ponto, pode-se afirmar que **a gestão financeira refletiu detidamente os fatos analisados na gestão orçamentária**, sendo considerada satisfatória.

Quanto à gestão **patrimonial**, o Controle Interno Avaliativo levantou que, em repetição aos anos anteriores, não houve planejamento formal para aquisição de bens imóveis por parte da Defensoria Pública para o exercício 2022. De toda forma, 20 procedimentos licitatórios foram finalizados para aquisição de bens e serviços.

Houve aumento no número de participações em licitações realizadas pela Secretaria de Estado de Administração e Previdência (SEAP), totalizando 15 licitações conjuntas, o que permite otimizar o gerenciamento das licitações próprias, bem como consolidar em apenas um órgão público as demandas idênticas, visando obter maior economia.

Em conclusão, tem-se que a gestão patrimonial foi eficaz no exercício de 2022, todavia deve receber maior atenção quanto ao planejamento a médio e longo

prazo para a aquisição de bens, por se tratar de área com elevado risco de desvios de recursos públicos.

### **3.3. APOIO AO CONTROLE EXTERNO – TCE-PR**

A **3ª Inspeção de Controle Externo** deste Tribunal de Contas atuou na fiscalização da Defensoria Pública durante o exercício de 2022.

Seguindo os procedimentos estabelecidos entre as instâncias de controle externo e interno, à repetição do ocorrido nos exercícios anteriores, os trabalhos de fiscalização foram detidamente instruídos por esta Unidade. As solicitações foram impulsionadas por meio do Portal e-contas e do canal de comunicação do Tribunal de Contas, gerando a abertura de procedimentos administrativos internos aos departamentos para dar o devido andamento. Todos os setores atenderam prontamente as requisições e sempre se disponibilizaram aos esclarecimentos de dúvidas.

Quanto ao exercício de 2022, a Inspeção não consignou, no planejamento das atividades de fiscalização, a execução de trabalhos específicos na Defensoria Pública do Estado do Paraná, razão pela qual não foram apresentados achados, nem recomendações.

### **3.4. AÇÕES PONTUAIS DO AGENTE DE CONTROLE INTERNO AVALIATIVO**

A Unidade de Controle Interno da Defensoria Pública continuou no exercício de 2022 a organizar minimamente suas atividades, o que gerou efeitos positivos sobre o órgão.

Todavia, os desafios estruturais ainda não foram superados, por certo, pois atualmente há apenas **1 (uma) agente de Controle Interno** em atuação e um



estagiário para auxílio instrumental, mesmo com a determinação de que haja uma equipe pela deliberação reguladora<sup>2</sup>.

A estrutura diminuta sobrecarrega significativamente a servidora designada, especialmente porque a Corte de Contas impõe **responsabilidades para as ações de controle interno que não podem ser efetivamente cumpridas por uma única pessoa.**

Mesmo com essa dificuldade, para o exercício de 2022, a Unidade de Controle Interno elaborou um Plano de Atividades, estabelecendo as inspeções realizadas, as ações de monitoramento, o detalhamento das prestações de contas, as atividades que permanentemente são exercidas e os levantamentos externos, conforme previsto na Deliberação CSDP n. 31/2014. Além disso, quanto ao mérito das avaliações, as limitações de ordem técnica no setor também devem ser consideradas, notadamente ao que se refere à ausência de servidores ocupantes de outras especialidades, como Contabilidade e Administração, por exemplo.

Não obstante essas considerações, que relatam as limitações de pessoal e técnica encontradas pelo setor neste ano, especifica-se abaixo cada uma das atividades realizadas demonstrando que, mesmo com algumas adversidades, a Unidade de Controle Interno consegue desenvolver um trabalho relevante na Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Assim, considerando o levantamento de risco feito diretamente pela Unidade de Controle Interno, por meio de uma matriz, foram previstas as seguintes áreas para serem avaliadas no exercício de 2022: i) Manutenção predial, ii) Convênios e Parcerias, iii) Atas de Registro de Preços, iv) Cadastro Funcional e v) Viagens. Ressalte-se que atualmente todas as avaliações são realizadas por amostragem, em razão das limitações relatadas acima.

Além disso, foram monitoradas as medidas implementadas nos anos anteriores, o portal de transparência e a folha de pagamento da Defensoria Pública.

---

<sup>2</sup> **Art. 10 da Deliberação 31/2014.** A equipe de Gestão de Controle Interno será composta de servidores ou membros, designados pelo Defensor Público Geral, dentre os efetivos do Quadro Funcional da Defensoria Pública, ocupantes de cargo de nível superior nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Gestão Pública ou Direito.



Finalizados os trabalhos, não foram encontradas, nos processos analisados, irregularidades que prejudicassem os trabalhos desenvolvidos pela Instituição. Inclusive, observou-se que os controles internos instituídos pelos Departamentos envolvidos são, na maioria, suficientes para as atividades desenvolvidas. Todavia, algumas recomendações corretivas, de cunho preventivo e elucidativo foram expedidas, a fim de garantir a legalidade e eficiência dos procedimentos.

Assim, a Unidade de Controle Interno trabalhou sobre 04 (quatro) Achados de Fiscalização e emitiu 10 (dez) Recomendações Internas<sup>3</sup>:

<b>Nº</b>	<b>DATA DO ACHADO</b>	<b>DESCRIÇÃO DO ACHADO</b>	<b>MEDIDAS IMPLEMENTADAS</b>
<b>01/2022</b>	25/01/2022	Achado quanto à ausência de fluxo do Relatório de Gestão Fiscal	O presente achado gerou a recomendação interna n. 01/2022.
<b>02/2022</b>	14/04/2022	Achado quanto ao fluxo da licença prêmio	O presente achado gerou a recomendação interna n. 04/2022.
<b>03/2022</b>	29/09/2022	Achado quanto ao controle das atividades dos Cargos em Comissão	O presente achado gerou a recomendação interna n. 10/2022.
<b>04/2022</b>	03/10/2022	Achado quanto à transparência Pública	O presente achado gerou a recomendação interna n. 08/2022.

<sup>3</sup> Algumas recomendações são oriundas dos trabalhos de auditoria interna.



Nº	TIPO DE RECOMENDAÇÃO	DATA DA RECOM.	OBJETO	PROCESSO	MEDIDAS IMPLEMENTADAS APÓS REC.
1	4- Recomendação Operacional	07/03/2022	Recomendação sobre o fluxo dos atos relacionados ao Relatório de Gestão Fiscal	18.708.187-4	Recomendação acolhida e medida implementada com a edição da IN 65/2022
2	4- Recomendação Operacional	10/03/2022	Recomendações decorrentes da auditoria interna sobre manutenção predial	18.727.734-5	Recomendações acolhidas e medidas implementadas pelos departamentos envolvidos
3	4- Recomendação Operacional	19/04/2022	Recomendações decorrentes da auditoria interna sobre Convênios e Parcerias	18.875.839-8	Processo em análise pelo Gabinete da Defensoria Pública
4	4- Recomendação Operacional	16/05/2022	Recomendação sobre os atos relacionados à licença prêmio	18.901.296-9	Recomendações parcialmente acolhidas e medidas implementadas com a edição da Deliberação CSDP n. 20/22
5	4- Recomendação Operacional	21/06/2022	Recomendações decorrentes da auditoria interna sobre atas de registro de preços	19.109.081-0	Recomendações acolhidas e medidas implementadas pelos departamentos envolvidos
6	4- Recomendação Operacional	05/08/2022	Recomendações decorrentes da auditoria interna sobre cadastro funcional	19.317.558-9	Processo em análise pelo Gabinete da Defensoria Pública
7	4- Recomendação Operacional	19/08/2022	Recomendação sobre atualização dos ramais internos	19.376.708-7	Recomendações acolhidas e medidas implementadas pelos departamentos envolvidos
8	4- Recomendação Operacional	07/10/2022	Recomendação sobre transparência pública	19.573.339-2	Processo em análise pelo Gabinete da Defensoria Pública
9	4- Recomendação Operacional	18/10/2022	Recomendação sobre auxílio saúde	19.614.404-8	Recomendações acolhidas e as medidas estão sendo implementadas



10	4- Recomendação Operacional	06/12/2022	Recomendações relacionadas às atividades dos Cargos em comissão	19.641.831-8	Processo em análise pelo Gabinete da Defensoria Pública
----	-----------------------------------	------------	---	--------------	---

A respeito do fluxo dos atos relativos ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), recomendação nº 01/2022, as medidas sugeridas foram implementadas através da edição da Instrução Normativa nº 65/2022.

Quanto à auditoria interna sobre Manutenção Predial, recomendação nº 02/2022, foram implementadas as seguintes medidas: i) elaboração de modelos de atestes e de recebimentos provisório e definitivo; ii) atualização das portarias de designação dos fiscais no Portal da Transparência; iii) elaboração de protocolos administrativos específicos para registro das ocorrências de todos os contratos vigentes; e iv) solicitação às empresas de carta formal com a nomeação dos prepostos.

A partir da auditoria interna sobre Convênios e Parcerias, recomendação nº 03/2022, foram sugeridas algumas medidas que ainda estão em análise, das quais destacam-se: i) seja feito o documento de controle; ii) haja numeração interna, sequencial a todos os termos, acordos e convênios a serem celebrados, junto com a sigla do núcleo/setor que vai acompanhar a execução; iii) seja atualizado o Portal de Transparência; iv) que eventuais aditivos sejam disponibilizados junto ao termo principal; e v) que haja a edição de nova normativa a substituir a Instrução Normativa nº 42/2020.

Sobre os atos relacionados à Licença Prêmio, recomendação nº 04/2022, foi editada a Deliberação CSDP nº 20/2022, a qual acolheu parcialmente as recomendações expedidas.

Referente à auditoria interna sobre Atas de Registro de Preços, recomendação nº 05/2022, as medidas foram implementadas através de: i) ajustes de *check lists*; e ii) revisões dos modelos das atas e dos quadros de cotações.

Pertinente à auditoria interna sobre Cadastro Funcional, recomendação nº 06/2022, algumas medidas já foram implementadas, como: i) a juntada nas pastas funcionais de cópia dos procedimentos relativos à vida funcional do quadro de pessoal; e ii) a juntada das publicações em Diário Oficial correlatas aos membros e servidores.



As demais recomendações, que dizem respeito à ausência de fluxo preestabelecido quando há troca de posto de trabalho (lotação) de servidores, bem como referente à não padronização da nomenclatura de todas as sedes/setores nos documentos oficiais, ainda estão em fase de implementação.

Sobre a Lista de Ramais Internos, recomendação n° 07/2022, as seguintes medidas estão em fase de implementação: i) atualização da lista de ramais; ii) manutenção anual dos contatos profissionais; iii) instituição de rotina para atribuir um contato profissional a cada nova pessoa ingressante nos quadros institucionais; e iv) divulgação das atualizações pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Acerca da Transparência Pública, recomendação n° 08/2022, foram sugeridas a adoção das seguintes providências que ainda estão em análise: i) sejam adotadas medidas para adequação do site da Defensoria Pública à legislação; ii) que conste nos relatórios de acesso à informação se há ou não informações classificadas e/ou desclassificadas como sigilosas; iii) sejam descritas, de forma sucinta, as competências dos órgãos da Defensoria Pública constantes no organograma; e iv) que a Defensoria Pública edite sua Carta de Serviços ao Usuário e a disponibilize em sua página da internet.

Concernente ao Auxílio Saúde, recomendação n° 09/2022, estão em fase de implementação as seguintes medidas: i) que a comprovação anual do vínculo com o plano ou seguro saúde reúna dados de todos os meses do ano anterior; ii) caso persistam dúvidas quanto à comprovação da continuidade do benefício, o Departamento de Recursos Humanos poderá exigir dos beneficiários documentos adicionais; iii) que nas hipóteses de encerramento do benefício, seja apresentado formulário próprio e comprovadas as despesas anteriores pelo beneficiário, sob pena de devolução ao erário e outras medidas cabíveis; e iv) que a Unidade de Controle Interno possa a qualquer tempo solicitar documentos a fim de avaliar a manutenção do vínculo com o plano ou seguro de assistência à saúde.

Quanto às atividades dos Cargos em Comissão, recomendação n° 10/2022, foram sugeridas algumas medidas que ainda estão em análise, como: i) após a apresentação dos relatórios de atividades pelos ocupantes de cargos em comissão, os supervisores imediatos façam avaliação periódica, abordando aspectos quantitativos



e qualitativos; ii) que os formulários de avaliação de desempenho individual preenchidos pelos respectivos supervisores imediatos sejam encaminhados periodicamente à Unidade de Controle Interno para ciência e avaliação e que o resultado será encaminhado ao Gabinete da Defensoria Pública Geral para ciência e eventual providência; e iii) que, a qualquer tempo, os órgãos de controle possam solicitar os relatórios elaborados pelos agentes comissionados para acompanhamento e avaliação.

Embora tenha sido prevista auditoria interna sobre o sistema de viagens da Defensoria Pública, o relatório final foi entregue somente em 2023, considerando o elevado volume de documentos a serem analisados por este setor. Em razão do exposto, as recomendações internas vinculadas a auditoria sobre as viagens não estão vinculadas ao ano de 2022.

Por fim, registre-se que de modo permanente, os Relatórios de Gestão Fiscal foram acompanhados e avaliados pelo Controle Interno. Houve gerência sobre os carregamentos do SEI-CED, como também os achados e recomendações foram informados minuciosamente naquele sistema.

Foram prontamente atendidas as solicitações e devidamente promovidas as ações de responsabilidade da Defensoria Pública junto a este Tribunal (Prestações de Contas, Solicitações da Inspeção, Sistemas de Captação de Dados, etc).

A partir do exposto, pode-se concluir que o Controle Interno respondeu ao seu encargo de **modo satisfatório**, dentro das condições possíveis de atuação.

#### **4. OBSERVAÇÃO SOBRE OS RELATÓRIOS DA COORDENADORIA GERAL DO ESTADO**

Como já é de conhecimento, a Defensoria Pública ao final de 2014 instituiu seu próprio **Sistema de Controle Interno**, desvinculando-se da Coordenadoria Geral do Estado. Isso tem gerado inúmeros desafios ao Controle Interno, mas



---

assegura a posição da instituição como órgão com autonomia, em diferença às Secretarias de Estado.

Nesse sentido, anunciou-se na Prestação de Contas dos exercícios anteriores que não mais se possui, como resultado de avaliação da Coordenadoria Geral do Estado, os Relatórios provenientes desse órgão – como os relatórios da Coordenadoria de Ouvidoria e da Coordenadoria de Transparência.

Com efeito, enquanto departamento em estruturação, o Controle Interno almeja implementar avaliações semelhantes, mas não havendo ainda sua efetivação, coloca-se à disposição para ceder outros documentos para a análise das contas, caso se entenda necessário.

Sendo essas as informações e as avaliações que cumpriam ser relatadas e aferidas pelo Controle Interno, despeço-me com cordiais cumprimentos.

**JULIANA BITENCOURT FERNANDES DOS SANTOS**

Agente de Controle Interno

6. 006 - Parecer do Controle Interno (IV - Parecer do Controle Interno 2022)



**DPE** **PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**  
**AVALIAÇÃO DA GESTÃO**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por esta Unidade de Controle Interno sobre os atos de gestão do exercício financeiro de 2022, da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Curitiba, 13 de março de 2023.

**Juliana Bitencourt Fernandes dos Santos**  
Agente de Controle Interno

7. 007 - Relatório da Controladoria Geral do Estado (V - Relatório da CGE 2022)



## **DECLARAÇÃO SOBRE A AUSÊNCIA DE RELATÓRIO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**

A Defensoria Pública do Estado do Paraná declara, para fins de atendimento ao artigo 10, inciso V, da IN n.º 176/2022 do TCE/PR, que determina a apresentação do **“Relatório da Controladoria Geral do Estado, contendo as ações desenvolvidas pelas Coordenadorias de Controle Interno, de Ouvidoria, de Transparência e Controle Social e de Corregedoria”**, que ao final de 2014 instituiu seu próprio Sistema de Controle Interno, desvinculando-se da Coordenadoria Geral do Estado do Paraná.

Nesse sentido, anunciou-se na Prestação de Contas dos exercícios anteriores, juntamente com informações apresentadas pelo Canal de Comunicação para o Sistema SEI-CED, que não mais se possui, como resultado de avaliação da Coordenadoria Geral do Estado, os Relatórios provenientes desse órgão.

Com efeito, isso assegura a posição da instituição como órgão autônomo, em diferença às Secretarias de Estado, ao tempo que gera o desafio de internamente desenvolver estruturas de controle semelhantes. Enquanto setor em desenvolvimento, esta Unidade de Controle Interno almeja implementar avaliações capazes de transferir as informações das ações realizadas em núcleos já existentes da Defensoria Pública, padronizando por exemplo os relatórios de sua Ouvidoria Externa e de sua Corregedoria, para os fins de atendimento similar aos dados exigidos. Não obstante, pelos termos apresentados no inciso V do artigo 10, deixa-se de dar cumprimento ao item.

É o que cabia declarar.

Curitiba, 13 de março de 2023.

**Juliana Bitencourt Fernandes dos Santos**  
Agente de Controle Interno

8. 008 - Demonstrativo de Receitas (VI - Demonstrativo da Receita Segundo as)



**ANEXO 2 DA LEI Nº 4320/64**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA**  
**UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes	,00	,00	2.352.955,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial	,00	2.352.955,00	,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	2.352.955,00	,00	,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros de Títulos de Renda	2.352.955,00	,00	,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros e Correções Monetárias	2.352.955,00	,00	,00
1.3.2.1.00.1.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	2.352.955,00	,00	,00

9. 009 - Demonstrativos de Despesas (VII - Demonstrativo da Despesa Segundo a)

**ANEXO 2 DA LEI Nº 4320/64**  
**NATUREZA DA DESPESA - POR ÓRGÃO**  
**UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA
07	DEFENSORIA PUBLICA	71.215.106,70	71.215.106,70	71.215.106,70
0701	DEFENSORIA PÚBLICA	71.215.106,70	71.215.106,70	71.215.106,70
30000000	DESPESAS CORRENTES			71.215.106,70
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			61.744.893,69
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS		52.794.240,78	
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	45.414.879,26		
31901121	Vencimentos e Salários - RPPS	8.540.593,01		
31901123	Abono de Permanência - RPPS	176.879,44		
31901129	Gratificação por Exercício de Funções - RPPS	2.948.244,62		
31901132	Férias Vencidas ou Proporcionais - RPPS	338.625,83		
31901133	Décimo Terceiro Salário - RPPS	34.011,35		
31901134	Férias - Abono Constitucional - RPPS	481.407,13		
31901136	Subsídios - RPPS	28.802.043,99		
31901161	Vencimentos e Salários - RGPS	3.766.110,19		
31901163	Gratificações Especiais - RGPS	280.203,05		
31901165	Décimo Terceiro Salário - RGPS	26.190,60		
31901171	Férias - Abono Constitucional - RGPS	20.570,05		
31901300	Obrigações Patronais	816.234,44		
31901301	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - INSS	816.234,44		
31901600	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	6.225.000,00		
31901625	Outros Vencimentos e Vantagens Variáveis - Pessoal Civil - RPPS	6.225.000,00		
31909200	Despesas de Exercícios Anteriores	78.461,09		
31909203	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS	78.461,09		
31909400	Indenizações e Restituições Trabalhistas	259.665,99		
31909401	SALÁRIO	834,02		
31909405	FÉRIAS VENCIDAS	123.750,35		
31909406	FÉRIAS PROPORCIONAIS	135.081,62		
31910000	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS,FUNDOS E ENTID. INTEG. ÓRG. FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL		8.950.652,91	
31911300	Obrigações Patronais	8.900.010,71		
31911309	Contribuição ao Fundo de Previdência	7.976.501,69		
31911310	Contribuição ao Fundo Financeiro	353.758,88		
31911313	CONTRIBUCAO PATRONAL ADICIONAL DE 5,0% AO FP	569.750,14		

**ANEXO 2 DA LEI Nº 4320/64**  
**NATUREZA DA DESPESA - POR ÓRGÃO**  
**UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESA
31919600	Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado	50.642,20		
31919601	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	50.642,20		
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.470.213,01
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS		9.377.579,71	
33900800	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	3.036.822,99		
33900805	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor Ativo Civil - RPPS	3.036.822,99		
33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	391,39		
33903935	Multas Dedutíveis	31,39		
33903981	Serviços Bancários	360,00		
33904600	Auxílio-Alimentação	4.740.083,98		
33904602	Auxílio Alimentação - RPPS	3.776.664,87		
33904603	Auxílio Alimentação - RGPS	963.419,11		
33904700	Obrigações Tributárias e Contributivas	24.000,00		
33904701	PIS/PASEP	24.000,00		
33904900	Auxílio-Transporte	1.519.842,00		
33904904	Auxílio Transporte - RPPS	1.072.322,00		
33904905	Auxílio Transporte - RGPS	447.520,00		
33909200	Despesas de Exercícios Anteriores	56.439,35		
33909203	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS	56.439,35		
33910000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORÇ. FISCAL E DA SEG. SOCIAL		92.633,30	
33914800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	92.633,30		
33914801	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	92.633,30		
	<b>TOTAL GERAL</b>			<b>71.215.106,70</b>

10. 010 - Comparativo da Receita (VIII - Comparativo da Receita Orçada com)

**ANEXO 10 DA LEI Nº 4320/64**

**COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA**

**UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

CÓDIGO	TÍTULOS	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS
1.0.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes	500,00	2.352.955,00	2.352.455,00	,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial	500,00	2.352.955,00	2.352.455,00	,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	500,00	2.352.955,00	2.352.455,00	,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros de Títulos de Renda	500,00	2.352.955,00	2.352.455,00	,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros e Correções Monetárias	500,00	2.352.955,00	2.352.455,00	,00
1.3.2.1.00.1.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	500,00	2.352.955,00	2.352.455,00	,00

11. 011 - Comparativo de Despesas (IX - Comparativo da Despesa Autorizada c)

**ANEXO 11 DA LEI Nº 4320/64**  
**COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA**  
**UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
		CRÉDITOS	CRÉDITOS	TOTAL		
		ORÇAMENTÁRIOS	ESPECIAIS			
		E SUPLEMENTARES	E EXTRAORDINÁRIOS			
07	DEFENSORIA PUBLICA	71.441.023,00	.00	71.441.023,00	71.215.106,70	225.916,30
0701	DEFENSORIA PÚBLICA	71.441.023,00	.00	71.441.023,00	71.215.106,70	225.916,30
30000000	DESPESAS CORRENTES	71.441.023,00	.00	71.441.023,00	71.215.106,70	225.916,30
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.852.523,00	.00	61.852.523,00	61.744.893,69	107.629,31
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	52.897.523,00	.00	52.897.523,00	52.794.240,78	103.282,22
31901100	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	45.443.523,00	.00	45.443.523,00	45.414.879,26	28.643,74
31901300	Obrigações Patronais	835.000,00	.00	835.000,00	816.234,44	18.765,56
31901600	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	6.225.000,00	.00	6.225.000,00	6.225.000,00	.00
31909200	Despesas de Exercícios Anteriores	100.000,00	.00	100.000,00	78.461,09	21.538,91
31909400	Indenizações e Restituições Trabalhistas	294.000,00	.00	294.000,00	259.665,99	34.334,01
31910000	APLIC. DIRETA DECORRENTE DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS,FUNDOS E ENTID. INTEG. ÓRG. FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL	8.955.000,00	.00	8.955.000,00	8.950.652,91	4.347,09
31911300	Obrigações Patronais	8.904.000,00	.00	8.904.000,00	8.900.010,71	3.989,29
31919600	Ressarcimento de Despesas com Pessoal Requisitado	51.000,00	.00	51.000,00	50.642,20	357,80
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.588.500,00	.00	9.588.500,00	9.470.213,01	118.286,99
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	9.478.500,00	.00	9.478.500,00	9.377.579,71	100.920,29
33900800	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	3.043.000,00	.00	3.043.000,00	3.036.822,99	6.177,01
33903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500,00	.00	1.500,00	391,39	1.108,61
33904600	Auxílio-Alimentação	4.745.000,00	.00	4.745.000,00	4.740.083,98	4.916,02
33904700	Obrigações Tributárias e Contributivas	24.000,00	.00	24.000,00	24.000,00	.00
33904900	Auxílio-Transporte	1.595.000,00	.00	1.595.000,00	1.519.842,00	75.158,00
33909200	Despesas de Exercícios Anteriores	70.000,00	.00	70.000,00	56.439,35	13.560,65
33910000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTID. INTEG. DOS ORÇ. FISCAL E DA SEG. SOCIAL	110.000,00	.00	110.000,00	92.633,30	17.366,70
33914800	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	110.000,00	.00	110.000,00	92.633,30	17.366,70
	TOTAL	71.441.023,00	.00	71.441.023,00	71.215.106,70	225.916,30



12. 012 - Comparativo de Despesas por espécie (X - Comparativo da Despesa Autorizada c)

ANEXO 11-A DA LEI Nº 4320/64

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE - SEGUNDO OS DESDOBRAMENTOS POR ESPÉCIE

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

CÓDIGO	TÍTULOS	AUTORIZADA			REALIZADA	DIFERENÇA
		CRÉDITOS	CRÉDITOS	TOTAL		
		ORÇAMENTÁRIOS	ESPECIAIS			
		E SUPLEMENTARES	E EXTRAORDINÁRIOS			
07	DEFENSORIA PUBLICA	71.441.023,00	,00	71.441.023,00	71.215.106,70	225.916,30
0701	DEFENSORIA PÚBLICA	71.441.023,00	,00	71.441.023,00	71.215.106,70	225.916,30
6008	ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	71.307.023,00	,00	71.307.023,00	71.098.473,40	208.549,60
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	61.852.523,00	,00	61.852.523,00	61.744.893,69	107.629,31
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	61.852.523,00	,00	61.852.523,00	61.744.893,69	107.629,31
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.454.500,00	,00	9.454.500,00	9.353.579,71	100.920,29
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	9.454.000,00	,00	9.454.000,00	9.353.579,71	100.420,29
0000000148	OUTROS CONVÊNIOS / OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	500,00	,00	500,00	,00	500,00
9208	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - DEFENSORIA	110.000,00	,00	110.000,00	92.633,30	17.366,70
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.000,00	,00	110.000,00	92.633,30	17.366,70
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	110.000,00	,00	110.000,00	92.633,30	17.366,70
9277	ENCARGOS ESPECIAIS – DPPR	24.000,00	,00	24.000,00	24.000,00	,00
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.000,00	,00	24.000,00	24.000,00	,00
0000000100	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	24.000,00	,00	24.000,00	24.000,00	,00
	TOTAL	71.441.023,00	,00	71.441.023,00	71.215.106,70	225.916,30

13. 013 - Demonstrativo da Dívida Pública (XI - Demonstração da Dívida Pública – An)

**ANEXO 17 DA LEI Nº 4.320/64**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**  
**UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
RESTOS A PAGAR / SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	,00	,00	,00	,00
RESTOS A PAGAR E SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	241.232,72	155.744.791,59	155.983.555,23	2.469,08
SUBTOTAL (1)	241.232,72	155.744.791,59	155.983.555,23	2.469,08
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	,00	,00	,00	,00
CAUÇÕES	8.774,05	142,18	,00	8.916,23
CONSIGNAÇÕES	3.742,35	19.796.814,63	19.800.420,08	136,90
GARANTIAS	,00	,00	,00	,00
ENTIDADES ESTADUAIS CREDORAS	,00	,00	,00	,00
OUTROS DEPÓSITOS	,00	562.348,74	562.348,74	,00
SOMA (1)	12.516,40	20.359.305,55	20.362.768,82	9.053,13
RECEITA DE TERCEIROS	,00	,00	,00	,00
PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL	,00	,00	,00	,00
PARTICIPAÇÕES DIVERSAS	,00	1.004.194,77	1.004.194,77	,00
SOMA (2)	,00	1.004.194,77	1.004.194,77	,00
SUBTOTAL (2)	12.516,40	21.363.500,32	21.366.963,59	9.053,13
DÉBITOS DE TESOURARIA	,00	,00	,00	,00
EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA	,00	,00	,00	,00
OBRIGAÇÕES INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	,00	,00	,00
SOMA (3)	,00	,00	,00	,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	,00	,00	,00	,00
<b>TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE</b>	<b>253.749,12</b>	<b>177.108.291,91</b>	<b>177.350.518,82</b>	<b>11.522,21</b>

Nota 1: Como informação adicional, apenas para fins de análise, foram inclusos Restos a Pagar Não Processados.

RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	94.290,85	2.733.914,34	2.386.348,77	441.856,42
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	,00	45.391,47	,00	45.391,47

Nota 2: Segundo as Normas do PCASP, a Dívida Flutuante corresponde ao Passivo Financeiro Circulante (conta contábil 2.1.0.0.0.00.00.00, Atributo Financeiro "F") e Não Circulante (conta contábil 2.2.0.0.0.00.00.00, Atributo Financeiro "F"), bem como as Contas Contábeis 6.2.2.1.3.05.00.00 (Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar Não Processados) e 6.3.1.1.0.00.00.00 (Restos a Pagar Não Processados a Liquidar)

14. 014 - Relação de Restos a Pagar (XII - Certidão sobre Relação de Restos a)



**DPE** **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenação Geral de Administração  
Departamento Financeiro

---

## CERTIDÃO

Certificamos, nesta data, para fins de demonstrar o real saldo de empenhos inscritos em restos a pagar que, ao Demonstrativo de Saldo de Empenho por Exercício, Credor e Empenho gerado pelo Sistema Novo SIAF, deverão ser desconsiderados os saldos dos empenhos abaixo indicados, tendo em vista que os mesmos constaram no relatório em virtude de inconsistências:

19000578 FUNDO FINANCEIRO – PARANAPREVIDENCIA – R\$ 1.297,19

Este empenho foi totalmente liquidado e pago e também não há saldo inscrito em Restos a Pagar contabilmente, devendo ser desconsiderado do relatório.

2000009 TELEFONICA BRASIL AS – R\$ 1.673,64

O valor original é de R\$ 836,82 que refere-se a estorno efetuado em 01/09/21 ref. três faturas da Telefonica 389,52+429,30+18,00 estornadas através do Pi.16.531.196-5. O relatório dobrou o valor ao invés de diminuir. O saldo contábil foi corrigido, devendo ser desconsiderado do relatório este empenho.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2023.

Departamento Financeiro

15. 015 - Balancete Sem Encerramento (XIII - Balancete do mês de dezembro, sem)

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	10000000000	1			ATIVO	32.833.998,21	807.959.560,09	806.869.097,42	33.924.460,88
	11000000000	2			ATIVO CIRCULANTE	19.314.946,97	806.992.260,66	804.865.645,92	21.441.561,71
	11100000000	3			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.013.917,57	806.596.238,82	804.613.202,73	20.996.953,66
	11110000000	4			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	19.013.917,57	806.596.238,82	804.613.202,73	20.996.953,66
	11111000000	5			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	19.013.917,57	806.596.238,82	804.613.202,73	20.996.953,66
F	1111190000	6			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	4.311,46	483.157.158,42	483.161.332,98	136,90
	11111500000	6			APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	19.009.606,11	323.439.080,40	321.451.869,75	20.996.816,76
F	11111500200	7			POUPANÇA	15.687,47	1.290,94	,00	16.978,41
F	11111500300	7			FUNDOS DE INVESTIMENTO	18.993.918,64	323.437.789,46	321.451.869,75	20.979.838,35
	11300000000	3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	20,35	8.641,62	8.661,97	,00
	11380000000	4			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	20,35	8.641,62	8.661,97	,00
	11381000000	5			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	20,35	8.641,62	8.661,97	,00
	11381980000	6			CRÉDTOS CURTO PRAZO	20,35	8.641,62	8.661,97	,00
F	11381980100	7			CRÉDTOS CURTO PRAZO F	20,35	8.641,62	8.661,97	,00
	11500000000	3			ESTOQUES	301.009,05	387.380,22	243.781,22	444.608,05
	11560000000	4			ALMOXARIFADO	301.009,05	387.380,22	243.781,22	444.608,05
	11561000000	5			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	301.009,05	387.380,22	243.781,22	444.608,05
P	11561010000	6			MATERIAL DE CONSUMO	102.960,56	222.795,99	132.474,56	193.281,99
P	11561020000	6			GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	4.626,09	104.808,52	71.214,86	38.219,75
P	11561030000	6			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	5,52	,00	5,52	,00
P	11561040000	6			AUTOPEÇAS	892,92	,00	,00	892,92
P	11561050000	6			MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	249,57	1.830,18	332,76	1.746,99
P	11561060000	6			MATERIAIS GRÁFICOS	39.785,32	120,50	1.396,22	38.509,60
P	11561070000	6			MATERIAL DE EXPEDIENTE	152.489,07	57.825,03	38.357,30	171.956,80



## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	12000000000	2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.519.051,24	967.299,43	2.003.451,50	12.482.899,17
	12300000000	3			IMOBILIZADO	9.440.263,75	733.631,01	1.667.167,77	8.506.726,99
	12310000000	4			BENS MOVEIS	13.657.860,48	733.631,01	50.933,72	14.340.557,77
	12311000000	5			BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	13.657.860,48	733.631,01	50.933,72	14.340.557,77
	12311010000	6			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	239.129,82	70.772,58	11.068,40	298.834,00
P	12311010100	7			APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	346,00	,00	,00	346,00
P	12311010200	7			APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	45.224,27	,00	,00	45.224,27
P	12311010500	7			EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	988,84	855,79	,00	1.844,63
P	12311010700	7			MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	61.944,73	39.599,99	,00	101.544,72
P	12311010800	7			MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	2.345,00	,00	,00	2.345,00
P	12311010900	7			MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	122,82	,00	,00	122,82
P	12311019900	7			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	128.158,16	30.316,80	11.068,40	147.406,56
	12311020000	6			BENS DE INFORMÁTICA	5.550.001,17	61.115,59	28.680,32	5.582.436,44
P	12311020100	7			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.161.739,87	61.115,59	28.680,32	5.194.175,14
P	12311020300	7			SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	388.261,30	,00	,00	388.261,30
	12311030000	6			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	6.181.180,00	496.929,00	11.185,00	6.666.924,00
P	12311030100	7			APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	235.767,64	60.761,44	,00	296.529,08
P	12311030200	7			MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	61.486,57	,00	,00	61.486,57
P	12311030300	7			MOBILIÁRIO EM GERAL	5.883.925,79	436.167,56	11.185,00	6.308.908,35
	12311040000	6			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	83.366,31	52.687,44	,00	136.053,75
P	12311040200	7			COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	8.931,07	,00	,00	8.931,07
P	12311040500	7			EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	74.435,24	52.687,44	,00	127.122,68
	12311050000	6			VEÍCULOS	194.635,85	,00	,00	194.635,85
P	12311050100	7			VEÍCULOS EM GERAL	24.078,85	,00	,00	24.078,85
P	12311050300	7			VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	170.557,00	,00	,00	170.557,00
	12311080000	6			BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	,00	174,21	,00	174,21

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
P	12311080100	7			ESTOQUE INTERNO	,00	174,21	,00	174,21
P	12311110000	6			PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	444.436,14	51.952,19	,00	496.388,33
	12311990000	6			DEMAIS BENS MÓVEIS	965.111,19	,00	,00	965.111,19
P	12311999900	7			OUTROS BENS MÓVEIS	965.111,19	,00	,00	965.111,19
	12320000000	4			BENS IMÓVEIS	96.100,00	,00	,00	96.100,00
	12321000000	5			BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	96.100,00	,00	,00	96.100,00
	12321060000	6			BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	96.100,00	,00	,00	96.100,00
P	12321060100	7			OBRAS EM ANDAMENTO	96.100,00	,00	,00	96.100,00
	12380000000	4			(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	C 4.313.696,73	,00	1.616.234,05	5.929.930,78 C
	12381000000	5			(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	C 4.313.696,73	,00	1.616.234,05	5.929.930,78 C
	12381010000	6			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	C 4.259.073,08	,00	1.595.997,37	5.855.070,45 C
P	12381010100	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	C 39.717,56	,00	9.577,98	49.295,54 C
P	12381010200	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	C 1.378.624,42	,00	610.595,93	1.989.220,35 C
P	12381010300	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	C 2.730.309,43	,00	937.656,68	3.667.966,11 C
P	12381010400	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	C 14.757,31	,00	6.688,05	21.445,36 C
P	12381010500	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	C 95.664,36	,00	31.478,73	127.143,09 C
	12381020000	6			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	C 54.623,65	,00	20.236,68	74.860,33 C
P	12381020500	7			(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE INSTALAÇÕES	C 54.623,65	,00	20.236,68	74.860,33 C
	12400000000	3			INTANGÍVEL	4.078.787,49	233.668,42	336.283,73	3.976.172,18
	12410000000	4			SOFTWARES	4.008.966,35	127.194,88	106.473,54	4.029.687,69
	12411000000	5			SOFTWARES- CONSOLIDAÇÃO	4.008.966,35	127.194,88	106.473,54	4.029.687,69
P	12411010000	6			SOFTWARES	876.626,02	78.095,08	57.373,74	897.347,36
P	12411020000	6			SOFTWARES EM DESENVOLVIMENTO	3.132.340,33	49.099,80	49.099,80	3.132.340,33
	12480000000	4			(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	69.821,14	106.473,54	229.810,19	53.515,51 C

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	12481000000	5			(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA- CONSOLIDAÇÃO	69.821,14	106.473,54	229.810,19	53.515,51	C
P	12481010000	6			(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES	69.821,14	106.473,54	229.810,19	53.515,51	C
	20000000000	1			PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	C 32.833.998,21	298.877.887,44	298.803.055,75	32.759.166,52	C
	21000000000	2			PASSIVO CIRCULANTE	C 253.749,12	177.557.365,04	177.315.138,13	11.522,21	C
	21100000000	3			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	C 238.009,64	154.677.317,54	154.439.307,90	,00	
	21110000000	4			PESSOAL A PAGAR	C 238.009,64	124.529.433,18	124.291.423,54	,00	
	21111000000	5			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	C 238.009,64	124.442.534,32	124.204.524,68	,00	
	21111010000	6			PESSOAL A PAGAR	C 238.009,64	124.442.534,32	124.204.524,68	,00	
X	21111010100	7			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	C 238.009,64	120.708.295,16	120.470.285,52	,00	
F	21111010101	8			FINANCEIRO -SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	C 238.009,64	120.708.295,16	120.470.285,52	,00	
X	21111010200	7			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	,00	120.403,90	120.403,90	,00	
F	21111010201	8			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	,00	120.403,90	120.403,90	,00	
X	21111010300	7			FÉRIAS	,00	3.613.835,26	3.613.835,26	,00	
F	21111010301	8			FÉRIAS	,00	3.613.835,26	3.613.835,26	,00	
	21112000000	5			PESSOAL A PAGAR - INTRA	,00	86.898,86	86.898,86	,00	
	21112010000	6			PESSOAL A PAGAR	,00	86.898,86	86.898,86	,00	
X	21112010100	7			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	,00	86.898,86	86.898,86	,00	
F	21112010101	8			FINANCEIRO - SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	,00	86.898,86	86.898,86	,00	
	21120000000	4			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	,00	7.171.021,08	7.171.021,08	,00	
	21121000000	5			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- CONSOLIDAÇÃO	,00	6.964.174,86	6.964.174,86	,00	
X	21121010000	6			BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	,00	6.964.174,86	6.964.174,86	,00	
F	21121010100	7			FINANCEIRO - BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	,00	6.964.174,86	6.964.174,86	,00	
	21122000000	5			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR- INTRA OFSS	,00	206.846,22	206.846,22	,00	
F	21122060000	6			APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO A PAGAR	,00	206.846,22	206.846,22	,00	
	21140000000	4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	,00	22.976.863,28	22.976.863,28	,00	

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup.	N° da Conta									
Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição		Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	21142000000	5			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS		,00	20.510.407,90	20.510.407,90	,00
X	21142010000	6			CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		,00	20.510.407,90	20.510.407,90	,00
F	21142010100	7			FINANCEIRO - CONTRIB A REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA (RPPS)		,00	20.510.407,90	20.510.407,90	,00
	21143000000	5			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO		,00	2.466.455,38	2.466.455,38	,00
	21143010000	6			CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		,00	2.466.455,38	2.466.455,38	,00
X	21143010100	7			CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES		,00	2.466.455,38	2.466.455,38	,00
F	21143010101	8			CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES		,00	2.466.455,38	2.466.455,38	,00
	21300000000	3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	C	3.223,08	1.468.157,39	1.467.403,39	2.469,08 C
	21310000000	4			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	C	3.223,08	1.468.157,39	1.467.403,39	2.469,08 C
	21311000000	5			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	C	3.223,08	840.752,14	839.998,14	2.469,08 C
	21311010000	6			FORNECEDORES NACIONAIS	C	3.223,08	840.752,14	839.998,14	2.469,08 C
X	21311010100	7			FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	C	3.223,08	840.752,14	839.998,14	2.469,08 C
F	21311010101	8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	C	3.223,08	840.752,14	839.998,14	2.469,08 C
	21312000000	5			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTRA		,00	627.405,25	627.405,25	,00
	21312010000	6			FORNECEDORES NACIONAIS		,00	435.042,50	435.042,50	,00
X	21312010100	7			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR		,00	435.042,50	435.042,50	,00
F	21312010101	8			FINANCEIRO - FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR		,00	435.042,50	435.042,50	,00
	21312030000	6			CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		,00	192.362,75	192.362,75	,00
X	21312030100	7			CONTAS NÃO FINANCIADAS A PAGAR		,00	192.362,75	192.362,75	,00
F	21312030101	8			FINANCEIRO - CONTAS NÃO FINANCIADAS A PAGAR		,00	192.362,75	192.362,75	,00

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	21400000000	3			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	,00	44.926,52	44.926,52	,00
	21410000000	4			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	,00	44.926,52	44.926,52	,00
	21413000000	5			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTER OFSS - UNIÃO	,00	44.926,52	44.926,52	,00
X	21413110000	6			PIS/PASEP A RECOLHER	,00	44.926,52	44.926,52	,00
F	21413110100	7			FINANCEIRO - PIS/PASEP A RECOLHER	,00	44.926,52	44.926,52	,00
	21800000000	3			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	C 12.516,40	21.366.963,59	21.363.500,32	9.053,13 C
	21880000000	4			VALORES RESTITUÍVEIS	C 12.516,40	21.366.963,59	21.363.500,32	9.053,13 C
	21881000000	5			VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	C 12.516,40	21.366.963,59	21.363.500,32	9.053,13 C
	21881010000	6			CONSIGNAÇÕES	C 3.742,35	19.800.420,08	19.796.814,63	136,90 C
F	21881010100	7			RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	,00	6.399.548,36	6.399.548,36	,00
F	21881010200	7			CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	,00	432.632,64	432.632,64	,00
F	21881010400	7			IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	,00	11.144.332,81	11.144.332,81	,00
F	21881010800	7			ISS	,00	3.199,23	3.199,23	,00
F	21881011000	7			PENSAO ALIMENTICIA	,00	86.048,03	86.048,03	,00
F	21881011300	7			RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	,00	444.848,13	444.848,13	,00
F	21881011400	7			RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS	,00	8.356,82	8.356,82	,00
F	21881011500	7			RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	C 3.742,35	1.220.645,22	1.217.039,77	136,90 C
F	21881019900	7			OUTROS CONSIGNATARIOS	,00	60.808,84	60.808,84	,00
	21881040000	6			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	C 8.774,05	562.348,74	562.490,92	8.916,23 C
F	21881040100	7			DEPÓSITOS E CAUÇÕES	C 8.774,05	,00	142,18	8.916,23 C
F	21881040500	7			DEPOSITOS A TRANSFERIR	,00	24.431,38	24.431,38	,00
F	21881049900	7			OUTROS DEPOSITOS	,00	537.917,36	537.917,36	,00
F	21881990000	6			OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	,00	1.004.194,77	1.004.194,77	,00
F	21881990300	7			VALORES RESTITUÍVEIS - CARTÃO CORPORATIVO	,00	1.004.194,77	1.004.194,77	,00
	23000000000	2			PATRIMÔNIO LIQUIDO	C 32.580.249,09	121.320.522,40	121.487.917,62	32.747.644,31 C
	23700000000	3			RESULTADOS ACUMULADOS	C 32.580.249,09	121.320.522,40	121.487.917,62	32.747.644,31 C

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	23710000000	4			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	C 32.580.249,09	121.320.522,40	121.487.917,62	32.747.644,31 C
	23711000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	374.863.549,11	57.556.007,47	57.793.223,83	374.626.332,75
	23711010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	57.529.296,36	,00	57.529.296,36	,00
	23711020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	317.360.963,86	57.529.296,36	26.711,11	374.863.549,11
	23711030000	6			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	C 26.711,11	26.711,11	237.216,36	237.216,36 C
	23711030200	7			PERMANENTE - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	C 26.711,11	26.711,11	237.216,36	237.216,36 C
	23712000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	C 408.777.300,28	63.218.715,10	63.218.715,10	408.777.300,28 C
	23712010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	C 63.218.715,10	63.218.715,10	,00	,00
	23712020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	C 345.558.585,18	,00	63.218.715,10	408.777.300,28 C
	23713000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	1.332.548,48	475.978,69	475.978,69	1.332.548,48
	23713010000	6			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	475.978,69	,00	475.978,69	,00
	23713020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	856.569,79	475.978,69	,00	1.332.548,48
	23714000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	,00	69.821,14	,00	69.821,14
	23714030000	6			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	69.821,14	,00	69.821,14
	23714030200	7			PERMANENTE - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	,00	69.821,14	,00	69.821,14
	23715000000	5			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	953,60	,00	,00	953,60
	23715020000	6			SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	953,60	,00	,00	953,60
	30000000000	1			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	,00	141.150.980,88	3.505.747,01	137.645.233,87
	31000000000	2			PESSOAL E ENCARGOS	,00	71.932.702,17	3.165.022,78	68.767.679,39
	31100000000	3			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	,00	54.173.195,89	1.684.803,05	52.488.392,84
	31110000000	4			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	,00	49.672.372,77	1.277.053,82	48.395.318,95
	31111000000	5			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	49.672.372,77	1.277.053,82	48.395.318,95

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	31111010000	6			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	,00	43.447.372,77	1.277.053,82	42.170.318,95
	31111010100	7			VENCIMENTOS E SALÁRIOS	,00	9.688.729,95	1.148.136,94	8.540.593,01
	31111010400	7			ABONO DE PERMANÊNCIA	,00	176.879,44	,00	176.879,44
	31111011600	7			GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	,00	2.948.244,62	,00	2.948.244,62
	31111012100	7			FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	,00	1.177.994,33	126.946,12	1.051.048,21
	31111012200	7			13. SALÁRIO	,00	34.011,35	,00	34.011,35
	31111012400	7			FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	,00	481.407,13	,00	481.407,13
	31111013100	7			SUBSÍDIOS	,00	28.802.043,99	,00	28.802.043,99
	31111019900	7			OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL RPPS	,00	138.061,96	1.970,76	136.091,20
	31111020000	6			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	,00	6.225.000,00	,00	6.225.000,00
	31111029900	7			OUTROS VENCIMENTOS E VANTAGENS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL RPPS	,00	6.225.000,00	,00	6.225.000,00
	31120000000	4			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS	,00	4.500.823,12	407.749,23	4.093.073,89
	31121000000	5			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	4.500.823,12	407.749,23	4.093.073,89
	31121010000	6			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS	,00	4.500.823,12	407.749,23	4.093.073,89
	31121010100	7			VENCIMENTOS E SALARIOS	,00	4.173.859,42	407.749,23	3.766.110,19
	31121011900	7			GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS	,00	280.203,05	,00	280.203,05
	31121012200	7			13. SALARIO	,00	26.190,60	,00	26.190,60
	31121012400	7			FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	,00	20.570,05	,00	20.570,05
	31200000000	3			ENCARGOS PATRONAIS	,00	10.671.837,27	955.592,12	9.716.245,15
	31210000000	4			ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	,00	9.577.607,33	677.596,62	8.900.010,71
	31212000000	5			ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS	,00	9.577.607,33	677.596,62	8.900.010,71

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	31212010000	6			CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS	,00	9.577.607,33	677.596,62	8.900.010,71
	31220000000	4			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	,00	1.094.229,94	277.995,50	816.234,44
	31223000000	5			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	,00	1.094.229,94	277.995,50	816.234,44
	31223010000	6			CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS	,00	1.094.229,94	277.995,50	816.234,44
	31300000000	3			BENEFÍCIOS A PESSOAL	,00	6.784.553,59	524.627,61	6.259.925,98
	31310000000	4			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	,00	5.373.614,48	524.627,61	4.848.986,87
	31311000000	5			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	5.373.614,48	524.627,61	4.848.986,87
	31311010000	6			AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	,00	4.169.476,48	392.811,61	3.776.664,87
	31311020000	6			AUXÍLIO TRANSPORTE	,00	1.204.138,00	131.816,00	1.072.322,00
	31320000000	4			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	,00	1.410.939,11	,00	1.410.939,11
	31321000000	5			BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS - CONSOLIDAÇÃO	,00	1.410.939,11	,00	1.410.939,11
	31321010000	6			AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	,00	963.419,11	,00	963.419,11
	31321020000	6			AUXÍLIO TRANSPORTE	,00	447.520,00	,00	447.520,00
	31900000000	3			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	,00	303.115,42	,00	303.115,42
	31910000000	4			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	,00	259.665,99	,00	259.665,99
	31911000000	5			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	,00	259.665,99	,00	259.665,99
	31911010000	6			RESCISÕES CONTRATUAIS - RGPS	,00	259.665,99	,00	259.665,99
	31920000000	4			PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES	,00	43.449,43	,00	43.449,43
	31922000000	5			PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES - INTRA	,00	43.449,43	,00	43.449,43
	31922010000	6			RESSARCIMENTO DE ENCARGO PESSOAL CEDIDO	,00	43.449,43	,00	43.449,43
	32000000000	2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	3.352.088,51	222.632,22	3.129.456,29
	32900000000	3			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	3.352.088,51	222.632,22	3.129.456,29
	32990000000	4			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	3.352.088,51	222.632,22	3.129.456,29
	32991000000	5			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	3.259.455,21	222.632,22	3.036.822,99

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA



## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup.	N° da Conta	Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
							- CONSOLIDAÇÃO				
			32991990000	6			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	3.259.455,21	222.632,22	3.036.822,99
			32992000000	5			OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	,00	92.633,30	,00	92.633,30
							- INTRA				
			32992010000	6			OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	,00	92.633,30	,00	92.633,30
			33000000000	2			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	,00	2.471.321,36	118.092,01	2.353.229,35
			33100000000	3			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	,00	247.054,59	72.648,90	174.405,69
			33110000000	4			CONSUMO DE MATERIAL	,00	247.054,59	72.648,90	174.405,69
			33111000000	5			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	,00	247.054,59	72.648,90	174.405,69
			33111010000	6			COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	,00	33,76	,00	33,76
			33111030000	6			GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	,00	4,22	,00	4,22
			33111060000	6			GENÉRIOS ALIMENTAÇÃO	,00	71.214,86	25.651,22	45.563,64
			33111160000	6			MATERIAL DE EXPEDIENTE	,00	30.391,82	14.883,50	15.508,32
			33111170000	6			MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	,00	13.396,37	,00	13.396,37
			33111190000	6			MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	,00	130,95	,00	130,95
			33111210000	6			MATERIAL DE COPA E COZINHA	,00	24.147,72	,00	24.147,72
			33111220000	6			MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	,00	69.770,59	15.938,40	53.832,19
			33111240000	6			MATERIAL P/MANUT. E BENS IMÓVEIS/INSTALAÇÕES	,00	168,96	,00	168,96
			33111250000	6			MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS	,00	20.364,94	15.938,40	4.426,54
			33111260000	6			MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	,00	15.882,78	71,00	15.811,78
			33111280000	6			MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANCA	,00	1.060,84	,00	1.060,84
			33111360000	6			MATERIAL HOSPITALAR	,00	332,76	166,38	166,38
			33111420000	6			FERRAMENTAS	,00	5,52	,00	5,52
			33111440000	6			MATERIAL DE SINALIZAÇÃO VISUAL E OUTROS	,00	148,50	,00	148,50
			33200000000	3			SERVIÇOS	,00	575.238,55	45.443,11	529.795,44
			33230000000	4			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	,00	575.238,55	45.443,11	529.795,44
			33231000000	5			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	,00	356.016,05	42.040,61	313.975,44

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	33231040000	6			COMUNICAÇÃO	,00	6.159,19	,00	6.159,19
	33231060000	6			MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	,00	14.644,06	,00	14.644,06
	33231080000	6			SERVIÇOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	,00	49.697,37	,00	49.697,37
	33231100000	6			LOCAÇÕES	,00	51.118,77	,00	51.118,77
	33231110000	6			SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	,00	125.411,70	21.377,87	104.033,83
	33231120000	6			SERVIÇOS DE TRANSPORTE	,00	8.890,00	,00	8.890,00
	33231310000	6			SERV.MEDICO-HOSPITALAR,ODONTOL.E LABORATORIAIS	,00	5.320,85	841,75	4.479,10
	33231320000	6			SERVIÇOS BANCARIOS	,00	249,61	,00	249,61
	33231540000	6			LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	,00	63.019,14	,00	63.019,14
	33231560000	6			PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	,00	120,00	,00	120,00
	33231990000	6			OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	,00	31.385,36	19.820,99	11.564,37
	33232000000	5			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA	,00	219.222,50	3.402,50	215.820,00
	33232050000	6			PUBLICIDADE	,00	219.222,50	3.402,50	215.820,00
	33300000000	3			DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	,00	1.649.028,22	,00	1.649.028,22
	33310000000	4			DEPRECIACÃO	,00	1.616.234,05	,00	1.616.234,05
	33311000000	5			DEPRECIACÃO - CONSOLIDACÃO	,00	1.616.234,05	,00	1.616.234,05
	33311010000	6			DEPRECIACÃO DE IMOBILIZADO	,00	1.616.234,05	,00	1.616.234,05
	33311010100	7			DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS	,00	1.616.234,05	,00	1.616.234,05
	33320000000	4			AMORTIZACÃO	,00	32.794,17	,00	32.794,17
	33321000000	5			AMORTIZACÃO - CONSOLIDACÃO	,00	32.794,17	,00	32.794,17
	33321020000	6			AMORTIZACÃO DE INTANGÍVEL	,00	32.794,17	,00	32.794,17
	34000000000	2			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	,00	31,39	,00	31,39
	34200000000	3			JUROS E ENCARGOS DE MORA	,00	31,39	,00	31,39
	34230000000	4			JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	,00	31,39	,00	31,39
	34231000000	5			JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E	,00	31,39	,00	31,39

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
					SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO				
	34231020000	6			MULTAS DEDUTÍVEIS	,00	31,39	,00	31,39
	34231020200	7			MULTAS DEDUTÍVEIS SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	,00	31,39	,00	31,39
	35000000000	2			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	,00	63.372.374,19	,00	63.372.374,19
	35100000000	3			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	63.372.374,19	,00	63.372.374,19
	35110000000	4			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	,00	25.350.884,31	,00	25.350.884,31
	35112000000	5			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	25.350.884,31	,00	25.350.884,31
	35112020000	6			REPASSE CONCEDIDO	,00	25.350.884,31	,00	25.350.884,31
	35120000000	4			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	36.645.709,99	,00	36.645.709,99
	35122000000	5			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	36.645.709,99	,00	36.645.709,99
	35122010000	6			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	36.645.709,99	,00	36.645.709,99
	35122010100	7			ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	36.645.709,99	,00	36.645.709,99
	35130000000	4			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	,00	1.375.779,89	,00	1.375.779,89
	35132000000	5			TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS	,00	1.375.779,89	,00	1.375.779,89
	35132010000	6			PLANO FINANCEIRO	,00	1.375.779,89	,00	1.375.779,89
	35132010100	7			RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	,00	1.375.779,89	,00	1.375.779,89
	37000000000	2			TRIBUTÁRIAS	,00	22.463,26	,00	22.463,26
	37200000000	3			CONTRIBUIÇÕES	,00	22.463,26	,00	22.463,26

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	37210000000	4			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	,00	22.463,26	,00	22.463,26
	37213000000	5			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	,00	22.463,26	,00	22.463,26
	37213020000	6			PIS/PASEP	,00	22.463,26	,00	22.463,26
	40000000000	1			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	,00	1.597.185,02	140.407.713,25	138.810.528,23 C
	44000000000	2			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	,00	,00	2.352.955,00	2.352.955,00 C
	44500000000	3			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	,00	,00	2.352.955,00	2.352.955,00 C
	44510000000	4			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	,00	,00	2.352.955,00	2.352.955,00 C
	44511000000	5			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	,00	,00	2.352.955,00	2.352.955,00 C
	44511990000	6			REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DIVERSOS	,00	,00	2.352.955,00	2.352.955,00 C
	45000000000	2			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	1.597.185,02	138.054.758,25	136.457.573,23 C
	45100000000	3			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	1.597.185,02	138.054.758,25	136.457.573,23 C
	45110000000	4			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	1.445.996,78	94.065.083,25	92.619.086,47 C
	45112000000	5			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	1.445.996,78	94.065.083,25	92.619.086,47 C
	45112020000	6			REPASSE RECEBIDO	,00	1.445.996,78	94.065.083,25	92.619.086,47 C
	45120000000	4			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	151.188,24	43.989.675,00	43.838.486,76 C
	45122000000	5			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	,00	151.188,24	43.989.675,00	43.838.486,76 C
	45122010000	6			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	11.068,40	42.888.576,23	42.877.507,83 C
	45122010100	7			ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00	42.877.507,83	42.877.507,83 C
	45122019900	7			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	11.068,40	11.068,40	,00
	45122020000	6			TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS -	,00	140.119,84	1.101.098,77	960.978,93 C

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
					INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	45122020300	7			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	,00	122.785,31	805.482,60	682.697,29	C
	45122029900	7			OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS -	,00	17.334,53	295.616,17	278.281,64	C
					INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
	50000000000	1			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.894.846,41	75.656.624,63	4.214.870,12	74.336.600,92	
	52000000000	2			ORÇAMENTO APROVADO	,00	73.095.523,00	1.654.000,00	71.441.523,00	
	52100000000	3			PREVISÃO DA RECEITA	,00	500,00	,00	500,00	
	52110000000	4			PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	,00	500,00	,00	500,00	
	52111000000	5			PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	,00	500,00	,00	500,00	
	52200000000	3			FIXAÇÃO DA DESPESA	,00	73.095.023,00	1.654.000,00	71.441.023,00	
	52210000000	4			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	73.095.023,00	1.654.000,00	71.441.023,00	
	52211000000	5			DOTAÇÃO INICIAL	,00	71.441.023,00	,00	71.441.023,00	
	52211010000	6			CREDITO INICIAL	,00	71.441.023,00	,00	71.441.023,00	
	52212000000	5			DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	,00	1.630.000,00	,00	1.630.000,00	
	52212010000	6			CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	,00	1.630.000,00	,00	1.630.000,00	
	52213000000	5			DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	,00	12.000,00	12.000,00	,00	
	52213080000	6			TRANSPOSIÇÃO DE CRÉDITOS ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	,00	12.000,00	,00	12.000,00	
	52213990000	6			VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	,00	,00	12.000,00	12.000,00	C
	52219000000	5			CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	,00	12.000,00	1.642.000,00	1.630.000,00	C
	52219020000	6			ALTERAÇÃO DA LEI ORCAMENTARIA	,00	12.000,00	,00	12.000,00	
	52219020100	7			ACRESCIMO	,00	12.000,00	,00	12.000,00	
	52219040000	6			(-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	,00	,00	1.642.000,00	1.642.000,00	C
	53000000000	2			INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	2.894.846,41	2.561.101,63	2.560.870,12	2.895.077,92	
	53100000000	3			INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	2.894.092,41	2.560.347,63	2.560.116,12	2.894.323,92	
	53110000000	4			RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	,00	2.560.347,62	,00	2.560.347,62	
	53120000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	333.976,29	,01	,00	333.976,30	
	53170000000	4			RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	2.560.116,12	,00	2.560.116,12	,00	

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	5320000000	3			INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	754,00	754,00	754,00	754,00
	5321000000	4			RP PROCESSADOS - INSCRITOS	,00	754,00	,00	754,00
	5327000000	4			RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	754,00	,00	754,00	,00
	6000000000	1			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	C 2.894.846,41	538.482.768,84	609.924.523,35	74.336.600,92
	6200000000	2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	,00	529.940.972,09	601.382.495,09	71.441.523,00
	6210000000	3			EXECUÇÃO DA RECEITA	,00	2.352.955,00	2.353.455,00	500,00
	6211000000	4			RECEITA A REALIZAR	,00	2.352.955,00	500,00	2.352.455,00
	6212000000	4			RECEITA REALIZADA	,00	,00	2.352.955,00	2.352.955,00
	6220000000	3			EXECUÇÃO DA DESPESA	,00	527.588.017,09	599.029.040,09	71.441.023,00
	6221000000	4			DISPONIBILIDADES DE CREDITO	,00	527.588.017,09	599.029.040,09	71.441.023,00
	6221100000	5			CREDITO DISPONÍVEL	,00	76.393.593,40	76.619.509,70	225.916,30
	6221200000	5			CREDITO INDISPONÍVEL	,00	150.873.673,63	150.873.673,63	,00
	6221202000	6			CREDITO PRE-EMPENHADO	,00	150.873.673,63	150.873.673,63	,00
	6221202010	7			CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO A LIBERAR	,00	77.176.326,51	77.176.326,51	,00
	6221202020	7			CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO LIBERADO	,00	73.697.347,12	73.697.347,12	,00
	6221300000	5			CREDITO UTILIZADO	,00	300.320.750,06	371.535.856,76	71.215.106,70
	6221301000	6			CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	,00	145.861.473,45	145.861.473,45	,00
	6221301010	7			CRÉDITO EMPENHADO A LIBERAR	,00	71.330.121,32	71.330.121,32	,00
	6221301020	7			CRÉDITO EMPENHADO LIBERADO	,00	74.531.352,13	74.531.352,13	,00
	6221302000	6			CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	,00	76.855.244,10	76.855.244,10	,00
	6221303000	6			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	,00	75.600.269,24	75.600.269,24	,00
	6221304000	6			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	,00	2.003.763,27	73.173.478,50	71.169.715,23
	6221305000	6			EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	,00	,00	45.391,47	45.391,47
	6300000000	2			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	C 2.894.846,41	8.541.796,75	8.542.028,26	2.895.077,92
	6310000000	3			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	C 2.894.092,41	8.539.088,75	8.539.320,26	2.894.323,92
	6311000000	4			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	C 94.290,85	2.386.348,77	2.733.914,34	441.856,42

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
63120000000	4				RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO	C 239.685,44	1.864.044,53	1.626.828,17	2.469,08	C
63130000000	4				RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	,00	1.590.523,75	1.590.523,75	,00	
63140000000	4				RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	,00	138.055,58	1.458.282,45	1.320.226,87	C
63170000000	4				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	C 2.560.116,12	2.560.116,12	,00	,00	
63171000000	5				RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	C 2.559.322,84	2.559.322,84	,00	,00	
63172000000	5				RP NAO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	C 793,28	793,28	,00	,00	
63190000000	4				RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	,00	,00	1.129.771,55	1.129.771,55	C
63199000000	5				OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	,00	,00	1.129.771,55	1.129.771,55	C
63200000000	3				EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	C 754,00	2.708,00	2.708,00	754,00	C
63210000000	4				RP PROCESSADOS A PAGAR	,00	1.354,00	1.354,00	,00	
63220000000	4				RP PROCESSADOS PAGOS	,00	600,00	1.354,00	754,00	C
63270000000	4				RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	C 754,00	754,00	,00	,00	
70000000000	1				CONTROLES DEVEDORES	23.169.020,35	227.904.351,70	9.913.327,36	241.160.044,69	
71000000000	2				ATOS POTENCIAIS	4.146.120,73	4.359.024,51	8.456.873,99	48.271,25	
71100000000	3				ATOS POTENCIAIS ATIVOS	45.571,96	,00	28.244,75	17.327,21	
71110000000	4				GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	45.571,96	,00	28.244,75	17.327,21	
71111000000	5				GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	45.571,96	,00	28.244,75	17.327,21	
71111010000	6				GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	45.571,96	,00	28.244,75	17.327,21	
71111010400	7				SEGUROS-GARANTIA	45.571,96	,00	28.244,75	17.327,21	
71200000000	3				ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.100.548,77	4.359.024,51	8.428.629,24	30.944,04	
71230000000	4				OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.100.548,77	4.359.024,51	8.428.629,24	30.944,04	
71231000000	5				OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	4.100.548,77	4.359.024,51	8.428.629,24	30.944,04	
71231020000	6				CONTRATOS DE SERVIÇOS	2.998.742,28	3.279.645,98	6.247.444,22	30.944,04	
71231030000	6				CONTRATOS DE ALUGUÉIS	1.079.378,53	1.079.378,53	2.158.757,06	,00	

R5876B215A 14/02/23 14:24:51 RABDALLA

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual
	71231990000	6			OUTROS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	22.427,96	,00	22.427,96	,00
	72000000000	2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	19.022.899,62	160.379.799,22	1.456.453,37	177.946.245,47
	72100000000	3			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	19.022.899,62	160.379.799,22	1.456.453,37	177.946.245,47
	72110000000	4			CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	19.022.899,62	160.379.799,22	1.456.453,37	177.946.245,47
	72111000000	5			RECURSOS ORDINÁRIOS	19.004.239,73	139.297.514,17	1.448.554,97	156.853.198,93
	72112000000	5			RECURSOS VINCULADOS	4.942,98	3.148,29	2.558,19	5.533,08
	72113000000	5			RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	13.716,91	21.079.136,76	5.340,21	21.087.513,46
	79000000000	2			OUTROS CONTROLES	,00	63.165.527,97	,00	63.165.527,97
	79100000000	3			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	,00	63.165.527,97	,00	63.165.527,97
	79120000000	4			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	,00	63.165.527,97	,00	63.165.527,97
	79915000000	5			CONTROLE DE TRANSFERENCIAS	,00	63.165.527,97	,00	63.165.527,97
	79915010000	6			CONTROLE DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE ORGÃOS	,00	61.996.594,30	,00	61.996.594,30
	79915040000	6			CONTROLE DAS TRANSFERÊNCIAS -INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	,00	1.168.933,67	,00	1.168.933,67
	80000000000	1			CONTROLES CREDORES	C 23.169.020,35	498.751.409,33	716.742.433,67	241.160.044,69 C
	81000000000	2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	C 4.146.120,73	8.991.483,74	4.893.634,26	48.271,25 C
	81100000000	3			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	C 45.571,96	28.244,75	,00	17.327,21 C
	81110000000	4			EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	C 45.571,96	28.244,75	,00	17.327,21 C
	81111000000	5			EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO	C 45.571,96	28.244,75	,00	17.327,21 C
	81111010000	6			EXECUÇÃO DE GARANTIAS RECEBIDAS NO PAÍS	C 45.571,96	28.244,75	,00	17.327,21 C
	81111010700	7			SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	C 45.571,96	28.244,75	,00	17.327,21 C
	81200000000	3			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	C 4.100.548,77	8.963.238,99	4.893.634,26	30.944,04 C
	81230000000	4			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	C 4.100.548,77	8.963.238,99	4.893.634,26	30.944,04 C
	81231000000	5			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO	C 4.100.548,77	8.963.238,99	4.893.634,26	30.944,04 C



## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	81231020000	6			CONTRATOS DE SERVIÇOS	C 2.998.742,28	6.730.935,20	3.763.136,96	30.944,04	C
	81231020100	7			A EXECUTAR	C 2.998.742,28	6.279.937,30	3.312.139,06	30.944,04	C
	81231020200	7			EXECUTADOS	,00	450.997,90	450.997,90	,00	
	81231030000	6			CONTRATOS DE ALUGUÉIS	C 1.079.378,53	2.209.875,83	1.130.497,30	,00	
	81231030100	7			A EXECUTAR	C 1.079.378,53	2.158.757,06	1.079.378,53	,00	
	81231030200	7			EXECUTADOS	,00	51.118,77	51.118,77	,00	
	81231990000	6			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	C 22.427,96	22.427,96	,00	,00	
	81231990100	7			OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - A EXECUTAR	C 22.427,96	22.427,96	,00	,00	
	82000000000	2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	C 19.022.899,62	426.594.397,62	585.517.743,47	177.946.245,47	C
	82100000000	3			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	C 19.022.899,62	402.973.451,82	561.896.797,67	177.946.245,47	C
	82110000000	4			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	C 19.022.899,62	402.973.451,82	561.896.797,67	177.946.245,47	C
	82111000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	C 16.106.811,87	136.117.701,44	140.509.536,90	20.498.647,33	C
	82111010000	6			RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	C 16.106.811,87	136.117.701,44	140.509.536,90	20.498.647,33	C
	82112000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	C 2.920.566,76	155.911.584,58	153.480.271,02	489.253,20	C
	82112010000	6			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	C 2.653.376,93	76.899.020,62	74.732.427,81	486.784,12	C
	82112020000	6			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - EM LIQUIDAÇÃO	C 267.189,83	79.012.563,96	78.747.843,21	2.469,08	C
	82113000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	4.479,01	99.036.122,57	99.058.616,41	18.014,83	C
	82113010000	6			COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	25.957,11	77.458.711,23	77.484.668,34	,00	
	82113020000	6			COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETENÇÕES	C 32.378,68	10.779,86	10.779,86	32.378,68	C
	82113030000	6			COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	10.900,58	21.566.631,48	21.563.168,21	14.363,85	
	82114000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	,00	2.419.583,58	96.194.385,72	93.774.802,14	C

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

Sup. N° da Conta

Fin.	PCASP	NC	Sub-conta	Tp.	Descrição	Saldo do Ano Anterior	Débito até a Data	Crédito até a Data	Saldo Atual	
	82115000000	5			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA OU ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	,00	9.488.459,65	72.653.987,62	63.165.527,97	C
	82300000000	3			EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	,00	23.620.945,80	23.620.945,80	,00	
	82310000000	4			EXECUÇÃO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	,00	23.620.945,80	23.620.945,80	,00	
	82311000000	5			COTAS ORÇAMENTÁRIAS EM EXECUÇÃO	,00	23.620.945,80	23.620.945,80	,00	
	82311010000	6			COTAS ORÇAMENTÁRIAS LIBERADAS	,00	23.563.438,49	57.507,31	23.505.931,18	
	82311020000	6			COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	,00	57.507,31	23.563.438,49	23.505.931,18	C
	89000000000	2			OUTROS CONTROLES	,00	63.165.527,97	126.331.055,94	63.165.527,97	C
	89900000000	3			CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO DE FINANCEIROS	,00	63.165.527,97	126.331.055,94	63.165.527,97	C
	89910000000	4			CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO DE PAGAMENTOS	,00	63.165.527,97	126.331.055,94	63.165.527,97	C
	89915000000	5			EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS	,00	63.165.527,97	126.331.055,94	63.165.527,97	C
	89915010000	6			EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS ENTRE ORGÃOS OFSS	,00	61.996.594,30	123.993.188,60	61.996.594,30	C
	89915010100	7			TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A EXECUTAR	,00	61.996.594,30	61.996.594,30	,00	
	89915010200	7			TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA EXECUTADA	,00	,00	61.996.594,30	61.996.594,30	C
	89915040000	6			CONTROLE DAS TRANSFERÊNCIAS -INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	,00	1.168.933,67	2.337.867,34	1.168.933,67	C
	89915040100	7			TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A EXECUTAR - INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	,00	1.168.933,67	1.168.933,67	,00	
	89915040200	7			TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA EXECUTADA - INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	,00	,00	1.168.933,67	1.168.933,67	C
<b>TOTAL DAS CONTAS</b>						<b>,00</b>	<b>2.590.380.767,93</b>	<b>2.590.380.767,93</b>	<b>,00</b>	

## BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

Ano: 2022  
Período: Dezembro

Órgão 07 - DEFENSORIA PUBLICA7  
Unidade Contábil 00700 DEFENSORIA PUBLICA  
Unidade 0701 - DEFENSORIA PÚBLICA

	<u>Saldo do Ano Anterior</u>	<u>Débito até a Data</u>	<u>Crédito até a Data</u>	<u>Saldo Atual</u>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>19.013.937,92</b>	<b>806.604.880,44</b>	<b>804.621.864,70</b>	<b>20.996.953,66</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>13.820.060,29</b>	<b>1.354.679,65</b>	<b>2.247.232,72</b>	<b>12.927.507,22</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.907.362,81-</b>	<b>182.503.036,65</b>	<b>180.049.052,47</b>	<b>453.378,63 C</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>

16. 016 - Declaração de Bens (XV - Declaração Prestação de Contas - 20)



**DPE** **PR**  
DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO PARANÁ

Departamento de Recursos Humanos

---

## **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92**

Declaro, para os devidos fins, que o Gestor da Conta da Defensoria Pública do Estado do Paraná no exercício de 2022, Sr. ANDRÉ RIBEIRO GIAMBERARDINO, está em dia com a obrigação de apresentação da declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047 de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivada nesta Unidade de Pessoal.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2023.

**DANIEL DE BRITO ARAGÃO**

Supervisor – Departamento de Recursos Humanos

17. 017 - Balanço Orçamentário (DCASP) (XVI -A- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO)

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (A)	PREVISÃO ATUALIZADA (B)	RECEITAS REALIZADAS (C)	SALDO (D=C-B)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>2.352.955,00</b>	<b>2.352.455,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	,00	,00	,00	,00
RECEITA PATRIMONIAL	500,00	500,00	2.352.955,00	2.352.455,00
RECEITA AGROPECUÁRIAS	,00	,00	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	,00	,00	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	,00	,00	,00	,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	,00	,00	,00	,00
ALIENAÇÃO DE BENS	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	,00	,00	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>2.352.955,00</b>	<b>2.352.455,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNA	,00	,00	,00	,00
MOBILIÁRIA	,00	,00	,00	,00
CONTRATUAL	,00	,00	,00	,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	,00	,00	,00	,00
MOBILIÁRIA	,00	,00	,00	,00
CONTRATUAL	,00	,00	,00	,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>2.352.955,00</b>	<b>2.352.455,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)1</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>68.862.151,70</b>	<b>,00</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>2.352.455,00</b>

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>PREVISÃO INICIAL (A)</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (B)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS (C)</b>	<b>SALDO (D=C-B)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	,00	,00	,00	,00
Superávit Financeiro	,00	,00	,00	,00
Reabertura de Créditos Adicionais	,00	,00	,00	,00



UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (E)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (F)	DESPESAS EMPENHADAS (G)	DESPESAS LIQUIDADAS (H)	DESPESAS PAGAS (I)	SALDO DA DOTAÇÃO (I=F-G)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	71.441.023,00	71.441.023,00	71.215.106,70	71.169.715,23	71.169.715,23	225.916,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.547.523,00	61.852.523,00	61.744.893,69	61.702.510,17	61.702.510,17	107.629,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.893.500,00	9.588.500,00	9.470.213,01	9.467.205,06	9.467.205,06	118.286,99
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	,00	,00	,00	,00	,00	,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>225.916,30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XII)</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
Amortização da Dívida Interna	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Dívida Mobiliária	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Outras Dívidas	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Amortização da Dívida Externa	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Dívida Mobiliária	,00	,00	,00	,00	,00	,00
Outras Dívidas	,00	,00	,00	,00	,00	,00
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>225.916,30</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>71.441.023,00</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>71.169.715,23</b>	<b>225.916,30</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS					SALDO A PAGAR (F=A+B-D-E)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	
DESPESAS CORRENTES	333.976,30	2.560.347,62	1.320.226,87	1.320.226,87	1.129.771,55	444.325,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	68.343,31	1.159.279,04	749.597,17	749.597,17	68.343,31	409.681,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	265.632,99	1.401.068,58	570.629,70	570.629,70	1.061.428,24	34.643,63
DESPESAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00	,00
<b>TOTAL</b>	<b>333.976,30</b>	<b>2.560.347,62</b>	<b>1.320.226,87</b>	<b>1.320.226,87</b>	<b>1.129.771,55</b>	<b>444.325,50</b>

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS				SALDO A PAGAR (E)=A+B-C-D)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
DESPESAS CORRENTES	,00	754,00	754,00	,00	,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	,00	,00	,00	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	,00	754,00	754,00	,00	,00
DESPESAS DE CAPITAL	,00	,00	,00	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	,00	,00	,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	,00	,00	,00	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	,00	,00	,00	,00	,00
<b>TOTAL</b>	<b>,00</b>	<b>754,00</b>	<b>754,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>

18. 018 - Balanço Financeiro (DCASP) (XVI -B- BALANÇO FINANCEIRO)

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)</b>	<b>2.352.955,00</b>	<b>648.877,15</b>
ORDINÁRIA	2.352.364,90	648.661,69
VINCULADA	590,10	215,46
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	,00	,00
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	,00	,00
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS	,00	,00
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00	,00
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	590,10	215,46
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)</b>	<b>135.496.594,30</b>	<b>125.637.092,85</b>
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	92.619.086,47	53.608.512,28
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	42.877.507,83	72.028.580,57
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	,00	,00
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)</b>	<b>21.408.891,79</b>	<b>22.125.791,92</b>
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	45.391,47	2.560.116,12
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	,00	754,00
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	21.363.500,32	19.564.921,80
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	,00	,00
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)</b>	<b>19.013.937,92</b>	<b>12.933.216,45</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	19.013.917,57	12.933.196,10
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	,00
OUTROS VALORES	20,35	20,35
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>178.272.379,01</b>	<b>161.344.978,37</b>

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>EXERCÍCIO ANTERIOR</b>
<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)</b>	<b>71.215.106,70</b>	<b>68.000.897,58</b>
ORDINÁRIA	71.215.106,70	68.000.897,58
VINCULADA	,00	,00
RECURSOS DESTINADO A EDUCAÇÃO	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS A SAÚDE	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL-RGPS	,00	,00
RECURSOS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00	,00
OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	,00	,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)</b>	<b>63.372.374,19</b>	<b>54.451.669,47</b>
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	25.350.884,31	,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	36.645.709,99	53.608.561,24
TRANSFERÊNCIA CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	1.375.779,89	843.108,23
TRANSFERÊNCIA CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	,00	,00
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)</b>	<b>22.687.944,46</b>	<b>19.878.473,40</b>
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.320.226,87	258.040,06
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	754,00	14.809,93
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	21.366.963,59	19.577.091,80
OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	,00	28.531,61
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)</b>	<b>20.996.953,66</b>	<b>19.013.937,92</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20.996.953,66	19.013.917,57
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	,00	,00
OUTROS VALORES	,00	20,35
<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>178.272.379,01</b>	<b>161.344.978,37</b>

19. 019 - Balanço Patrimonial (DCASP) (XVI -C- Balanço Patrimonial)

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

ATIVOS			PASSIVOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO</b>	<b>33.924.460,88</b>	<b>32.833.998,21</b>	<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>33.924.460,88</b>	<b>32.833.998,21</b>
ATIVO CIRCULANTE	21.441.561,71	19.314.946,97	PASSIVO CIRCULANTE	11.522,21	253.749,12
CAIXA EQUIVALENTE DE CAIXA	20.996.953,66	19.013.917,57	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSISTENCIAIS A PAGAR A		
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	,00	20,35	CURTO PRAZO	,00	238.009,64
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	,00	,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	,00	,00
ESTOQUES	444.608,05	301.009,05	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	2.469,08	3.223,08
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	,00	,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	,00	,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	12.482.899,17	13.519.051,24	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	,00	,00
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	,00	,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	,00	,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	,00	,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	9.053,13	12.516,40
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	,00	,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	,00	,00
ESTOQUES	,00	,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A		
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	,00	,00	PAGAR A LONGO PRAZO	,00	,00
INVESTIMENTOS	,00	,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	,00	,00
IMOBILIZADO	8.506.726,99	9.440.263,75	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	,00	,00
INTANGÍVEL	3.976.172,18	4.078.787,49	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	,00	,00
			PROVISÕES A LONGO PRAZO	,00	,00
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	,00	,00
			RESULTADO DIFERIDO	,00	,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.912.938,67	32.580.249,09
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	,00	,00
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	,00	,00
			RESERVAS DE CAPITAL	,00	,00
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	,00	,00
			RESERVAS DE LUCROS	,00	,00
			DEMAIS RESERVAS	,00	,00
			RESULTADOS ACUMULADOS	33.912.938,67	32.580.249,09
			(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA	,00	,00



UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**QUADROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO (I)</b>	<b>33.924.460,88</b>	<b>32.833.998,21</b>
ATIVO FINANCEIRO	20.996.953,66	19.013.937,92
ATIVO PERMANENTE	12.927.507,22	13.820.060,29
<b>PASSIVO (II)</b>	<b>498.770,10</b>	<b>2.907.362,81</b>
PASSIVO FINANCEIRO	498.770,10	2.907.362,81
PASSIVO PERMANENTE	,00	,00
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)	33.425.690,78	29.926.635,40

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>17.327,21</b>	<b>45.571,96</b>
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	17.327,21	45.571,96
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	,00	,00
DIREITOS CONTRATUAIS	,00	,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	,00	,00
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>30.944,04</b>	<b>4.100.548,77</b>
GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS CONCEDIDAS	,00	,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	,00	,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	30.944,04	4.100.548,77
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	,00	,00



UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
IMPOSTOS	,00	,00
TAXAS	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	,00
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	,00	,00
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
VENDAS DE MERCADORIAS	,00	,00
VENDAS DE PRODUTOS	,00	,00
EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	,00	,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>2.352.955,00</b>	<b>648.877,15</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	,00	,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	,00	,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	,00	,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.352.955,00	648.877,15
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS-FINANCEIRAS	,00	,00
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>136.457.573,23</b>	<b>126.382.694,63</b>
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	136.457.573,23	126.382.694,63
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	,00	,00
DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	,00	,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	,00	,00
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO	,00	,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	,00	,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
VPA A CLASSIFICAR	,00	,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	,00	,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS	,00	,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	,00	,00
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>138.810.528,23</b>	<b>127.031.571,78</b>

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>68.767.679,39</b>	<b>60.112.599,66</b>
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	52.488.392,84	46.621.194,58
ENCARGOS PATRONAIS	9.716.245,15	9.063.602,35
BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.259.925,98	4.146.495,71
CUSTO DE PESSOAL E ENCARGOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-PESSOAL E ENCARGOS	303.115,42	281.307,02
<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>3.129.456,29</b>	<b>2.682.105,69</b>
APOSENTADORIAS E REFORMAS	,00	,00
PENSÕES	,00	,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	,00	,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	,00	,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	,00	,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.129.456,29	2.682.105,69
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>2.353.229,35</b>	<b>4.559.699,06</b>
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	174.405,69	164.520,13
SERVIÇOS	529.795,44	2.714.741,68
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.649.028,22	1.680.437,25
CUSTO DE MATERIAIS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	,00	,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>31,39</b>	<b>3.246,02</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	,00	,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	31,39	3.246,02
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	,00	,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-FINANCEIRAS	,00	,00
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS</b>	<b>63.372.374,19</b>	<b>54.451.669,47</b>
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	63.372.374,19	54.451.669,47
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	,00
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>	<b>,00</b>	<b>663,77</b>
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	,00	344,63
PERDAS COM ALIENAÇÃO	,00	,00

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - ANALÍTICO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	,00	,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	,00	319,14
<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>22.463,26</b>	<b>7.366,35</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	692,00
CONTRIBUIÇÕES	22.463,26	6.674,35
CUSTO COM TRIBUTOS	,00	,00
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>,00</b>	<b>781,71</b>
PREMIAÇÕES	,00	,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	,00	,00
INCENTIVOS	,00	,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	,00	,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	,00	,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	,00	,00
CUSTO DE OUTRAS VPD	,00	,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	,00	781,71
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>137.645.233,87</b>	<b>121.818.131,73</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)</b>	<b>1.165.294,36</b>	<b>5.213.440,05</b>

21. 021 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DCASP) (XVI -D- Demonstrativo das variações Patr)



UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	,00	,00
CONTRIBUIÇÕES	,00	,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	,00	,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.352.955,00	648.877,15
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	136.457.573,23	126.382.694,63
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	,00	,00
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>138.810.528,23</b>	<b>127.031.571,78</b>

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - SINTÉTICO**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

	<u>Exercício Atual</u>	<u>Exercício Anterior</u>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
PESSOAL E ENCARGOS	68.767.679,39	60.112.599,66
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.129.456,29	2.682.105,69
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2.353.229,35	4.559.699,06
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	31,39	3.246,02
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	63.372.374,19	54.451.669,47
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	,00	663,77
TRIBUTÁRIAS	22.463,26	7.366,35
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	,00	781,71
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>137.645.233,87</b>	<b>121.818.131,73</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)</b>	<b>1.165.294,36</b>	<b>5.213.440,05</b>

22. 022 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (DCASP) (XVI -E- Demonstração de Fluxo de Caixa)

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
INGRESSOS	159.213.069,97	145.850.912,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	,00	,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	,00	,00
RECEITA PATRIMONIAL	,00	,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	,00	,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	2.352.955,00	648.877,15
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	156.860.114,97	145.202.035,00
DESEMBOLSOS	157.230.033,88	139.770.190,68
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	63.238.782,66	57.000.886,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	9.251.913,44	8.711.990,92
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	84.739.337,78	74.057.313,23
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	1.983.036,09	6.080.721,47
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
INGRESSOS	,00	,00
ALIENAÇÃO DE BENS	,00	,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	,00	,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	,00	,00
DESEMBOLSOS	,00	,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	,00	,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	,00	,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	,00	,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	,00	,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
INGRESSOS	,00	,00

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	,00	,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	,00	,00
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTOS	,00	,00
DESEMBOLSOS	,00	,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	,00	,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	,00	,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	,00	,00
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>1.983.036,09</b>	<b>6.080.721,47</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	19.013.917,57	12.933.196,10
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	20.996.953,66	19.013.917,57

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**QUADRO 2FC - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS**

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00
INTERGOVERNAMENTAIS	,00	,00
DA UNIÃO	,00	,00
DE ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	,00	,00
DE MUNICÍPIOS	,00	,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	,00	,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	,00	,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	9.251.913,44	8.711.990,92
INTERGOVERNAMENTAIS	,00	,00
A UNIÃO	,00	,00
A ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	,00	,00
A MUNICÍPIOS	,00	,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	9.251.913,44	8.711.990,92
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	,00	,00

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**QUADRO 3FC - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	63.238.782,66	57.000.886,53
LEGISLATIVA	,00	,00
JUDICIÁRIA	,00	,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	63.216.319,40	56.995.557,80
ADMINISTRAÇÃO	,00	,00
DEFESA NACIONAL	,00	,00
SEGURANÇA PÚBLICA	,00	,00
RELAÇÕES EXTERIORES	,00	,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	,00	,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	,00	,00
SAÚDE	,00	,00
TRABALHO	,00	,00
EDUCAÇÃO	,00	,00
CULTURA	,00	,00
DIREITOS DA CIDADANIA	,00	,00
URBANISMO	,00	,00
HABITAÇÃO	,00	,00
SANEAMENTO	,00	,00
GESTÃO AMBIENTAL	,00	,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	,00	,00
AGRICULTURA	,00	,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	,00	,00
INDÚSTRIA	,00	,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	,00	,00
COMUNICAÇÕES	,00	,00
ENERGIA	,00	,00
TRANSPORTE	,00	,00
DESPORTO E LAZER	,00	,00
ENCARGOS ESPECIAIS	22.463,26	5.328,73

UNIDADE - 0700 - DEFENSORIA PUBLICA  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

MÊS/EXERCÍCIO: 12/2022

**QUADRO 4FC - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

	<u>EXERCÍCIO ATUAL</u>	<u>EXERCÍCIO ANTERIOR</u>
TOTAL DOS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA INTERNA	,00	,00
JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA EXTERNA	,00	,00
OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	,00	,00



23. 023 - Notas explicativas às DCASP (XVI -F - Notas Explicativas)

## **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As presentes Notas Explicativas foram elaboradas com o objetivo de apresentar informações relevantes, complementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

#### **INFORMAÇÕES GERAIS**

Segundo a Constituição da República “a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados” (art.134, caput).

Desde a emenda constitucional nº 45/2004, as Defensorias Públicas Estaduais passaram a contar com autonomia administrativa e funcional (art.134, §2º, CF), bem como financeira (art. 168, CF), estando para fins de prestação de contas fora da estrutura do Poder Executivo. A Defensoria Pública presta atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial, de educação em direitos, e tem legitimidade para atuar não só individualmente, mas também, por meio de tutela coletiva.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná foi instituída pela Lei Complementar 55/1991 e organizada pela Lei Complementar 136/2011 com alterações dadas pela Lei Complementar 200/2016, Lei Complementar 207/2018, e Lei Complementar 209/2018 e Lei Complementar 212/2018 e Lei Complementar 218/2019.

A Defensoria Pública do Estado do Paraná utiliza o Novo SIAF – Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná” do Estado do Paraná para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial juntamente com os órgãos da administração direta e indireta do estado e pelos Poderes, de forma a possibilitar a consolidação das contas do Estado.

**Coordenação Geral de Administração**  
**Departamento Financeiro**

## **APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 e suas alterações, os Princípios Contábeis, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e demais disposições normativas vigentes.

Os valores constantes das Demonstrações Contábeis apresentadas são expressos em Reais e não contemplam arredondamentos.

### **NOTA 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.**

O Balanço Orçamentário previsto no Art. 102 da Lei Federal nº 4.320/64 demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

A única Receita Patrimonial evidenciada trata-se de receita decorrente da Remuneração dos depósitos bancários provenientes dos recursos recebidos do Tesouro Nacional no valor de R\$ 2.352.955,00, que no balanço desde o exercício de 2021 por classificação efetuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná foram reconhecidas como receita financeira na própria Entidade.

Para a execução de suas despesas e investimentos o órgão contou com repasses financeiros transferidos pelo Tesouro Estadual- fonte 100, valor que não é reconhecido como receita orçamentária para fins deste Balanço. Estas transferências recebidas estão evidenciadas no Balanço Financeiro.

Em Restos a Pagar não processados cancelados, o valor de R\$ 1.129.771,55, foi influenciado pela cancelamento do restos a pagar inscritos em 2018 referente a verbas de folha de pagamento, baixados por prescrição registrados no protocolo nº 19.414.937-9. Os demais valores são fruto das análises dos empenhos dos restos a pagar de 2021 e anos anteriores, para os quais efetuamos uma análise criteriosa junto aos responsáveis registrada no protocolo 19.641.483-5, buscando o cumprimento da resolução SEFA 1191/2022.

Ano	Valor
2016	1.196,30
2018	276.784,49
2020	43.484,39
2021	808.306,37
<b>Restos a pagar cancelados</b>	<b>1.129.771,55</b>

**Coordenação Geral de Administração**  
**Departamento Financeiro**

**NOTA 02 - BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro previsto no Art. 103 da Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, permitindo apurar o confronto entre receitas e despesas, o resultado financeiro do exercício e o saldo de caixa que se transfere para o exercício seguinte.

Na composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte estão consideradas disponibilidades oriundas das transferências recebidas do Tesouro, a remuneração dos depósitos bancários por sua respectiva fonte e os ingressos de recursos extra orçamentários, cujos desdobramentos por fonte de recursos são as seguintes:

<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Disponibilidade</b>
100 - Tesouro Estadual - Ordinário não vinculado	20.819.533,33
147 - Rendimentos do Recolhimentos ao Tesouro por Determinação Legal	160.305,02
148 - Rendimentos do Convênios do Tesouro Estadual	8.062,18
Extra-orçamentários - Depósitos em Caução decorrentes de contratos	8.916,23
Extra-orçamentários - Consignações em Folha de Pagamento	136,90
<b>Total do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>20.996.953,66</b>

*fonte SIAF-Balancete de Verificação 12\_2022*

Na composição do balanço financeiro, bem como nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, observamos que o montante de Transferências Financeiras Recebidas está sofrendo duplicação do valor em consequência do envio de numerário à SEFA para custear a folha de pagamento da Defensoria.

Com a mudança conceitual efetuada conforme comunicado técnico contábil n.º 010/2022 - DCG/SEFA - Alteração de evento contábil acerca das Transferências Concedidas a título de repasse do duodécimo aos demais Poderes da Administração Pública – as Transferências Financeiras Recebidas sofreram impacto, dividindo-se em Transferências Recebidas para execução Orçamentária no valor de R\$ 92.619.086,47 a partir de agosto de 2022, ficando o valor de R\$ 42.877.507,83 até o mês de julho de 2022 na conta de Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária.

A Defensoria Pública operacionaliza mensalmente através da Secretaria da Fazenda o pagamento da folha, utilizando-se do sistema meta4 da Celepar. Assim, os valores duodecimais são inicialmente recebidos da SEFA todo dia 20 de cada mês e contabilizados como Transferências recebidas para execução orçamentária. Após apuração do valor da folha e pagamento pela Defensoria, os valores são devolvidos à SEFA para que seja pago o valor da folha de pagamento da Defensoria através da conta bancária número 65.000 pertencente à Fazenda, perfazendo um movimento de Transferências Financeiras Concedidas, R\$ 61.996.594,30 para folha de pessoal Ativo. Além deste valor, em Transferências Concedidas estão os repasses referente ao Regime Próprio de Previdência Social no valor de R\$ 1.375.779,89 extra-orçamentário. Por ocasião do desembolso da SEFA via conta 65.000 para o pagamento dos beneficiários da folha é lançada uma nova Transferências recebida para execução orçamentária, em contrapartida à Despesa orçamentária com Pessoal e Encargos.

**Coordenação Geral de Administração**  
**Departamento Financeiro**

Esses movimentos também estão detalhados na nota 04 que trata da DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.

<b>Transferências Recebidas</b>	<b>136.457.573,23</b>
Repasses por ocasião do pagamento da folha de pagamento	61.996.594,30
Repasses orçamentário mensal via duodécimo	73.500.000,00
Outras repasses - ver detalhe nota 4 - DVP	960.978,93

**NOTA 03 - BALANÇO PATRIMONIAL**

Parte integrante das demonstrações contábeis o Balanço Patrimonial previsto no Art. 105 da Lei Federal nº 4.320/64 é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Em relação a esta demonstração contábil destaca-se:

**Imobilizado e Intangível**

No balanço patrimonial de 2022 demonstramos que seguimos com a rotina implementada administrativamente desde 2019 para controle dos bens patrimoniais, depreciações e reavaliações. Os valores são informados mensalmente pela equipe da Gestão de Infraestrutura e Materiais e em 2022 efetuamos os lançamentos de depreciação nas seguintes contas:

<b>ATIVO</b>	<b>RESULTADO DA DEPRECIÇÃO ANUAL 2022</b>	<b>Valor depreciado R\$</b>
12311010200	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.082,88
12311030100	Aparelhos e Utensílios Domésticos	15.169,13
12311030100	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	26.351,35
12311040500	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	6.676,55
12311020100	Equipamentos de Processamento de Dados	610.595,93
12311010700	Máquinas e Equipamentos Energéticos	6.988,27
12311010800	Máquinas e Equipamentos Gráficos	383,51
12311010900	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	3,13
12311030200	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	5.355,28
12311030300	Mobiliário em Geral	890.780,92
12311110000	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	20.236,68
12311050300	Veículos de Tração Mecânica	29.600,51
12311050100	Veículos Diversos	1.878,22
12311040200	Coleções e Materiais Bibliográficos	11,50
12311010500	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	91,99
12311010100	Aparelhos de Medição e Orientação	28,20
	<b>DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS</b>	<b>1.616.234,05</b>

**Coordenação Geral de Administração**  
**Departamento Financeiro**

Considerando a Resolução SEFA 1191/2022 que trata dos procedimentos necessários para encerramento do exercício de 2022 que em seu artigo 14 trouxe:

“Art. 14. Os responsáveis pela contabilidade das unidades deverão até 7 de dezembro de 2022 efetuar a contabilização dos relatórios de fechamento dos sistemas Gestão de Materiais e Serviços – GMS, Gestão do Patrimônio Imobiliário – GPI e Gestão do Patrimônio Móvel – GPM, posição de novembro.

§ 1º A contabilização da posição de dezembro deverá ser efetuada até 9 de janeiro de 2023.

§ 2º Os relatórios indicados no caput deverão ser solicitados junto ao Grupo Administrativo Setorial – GAS ou equivalente, com antecedência suficiente para que se tenha tempo hábil para contabilização.”

A Gestão de Infraestrutura e Materiais tem efetuado o controle utilizando-se da ferramenta GPM-desenvolvido pela SEAP. Conciliações constantes entre os relatórios do sistema e o saldo contábil são efetuadas por esta Gestão com a finalidade de controlar os bens existente, e o valores para Balanço de 2022 foram atestados pela gestão para fins desta prestação de contas através do protocolo 19.833.522-3.

A Gestão de Infraestrutura e Materiais também efetua o controle do almoxarifado através da ferramenta GMS- também disponibilizado pela SEAP. Conciliações mensais entre os relatórios do sistema e saldo contábil são efetuados pela Gestão de Finanças e para fins de prestação de contas foram atestados pela Gestão de Infraestrutura através do protocolo interno 19.833.235-6.

#### **NOTA 04 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) prevista no Art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64 evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Na demonstração em tela destaca-se:

#### **Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas**

Em variações patrimoniais Aumentativas demonstramos o reconhecimento do valor decorrente da Remuneração dos depósitos bancários provenientes dos recursos recebidos do Tesouro Nacional, que por classificação efetuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná que administra o sistema Novo SIAF passaram a ser reconhecidas a partir de 2019 como receita financeira na própria Entidade conforme já citamos anteriormente.

Em Transferências e Delegações Recebidas as Transferências Intragovernamentais são compostas por recursos provenientes dos repasses financeiros transferidos pela Tesouro Geral do Estado para execução orçamentária da entidade no valor de R\$ 73.500.000,00. Neste item temos também a demonstração do valor referente à folha de pagamento da Defensoria Pública que é operacionalizada mensalmente através da Secretaria da Fazenda. Assim os valores orçamentários recebidos são devolvidos à SEFA mensalmente para que seja pago o valor da

**Coordenação Geral de Administração**  
**Departamento Financeiro**

folha de pagamento da Defensoria através da conta bancária número 65.000 pertencente à Fazenda, gerando essa transação um movimento de transferência aumentativa e diminutiva respectivamente para contabilização da transferência financeira.

Em transferências não financeiras recebidas, correspondem aos bens adquiridos com recursos do Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP e incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública, consoante artigo 234 da Lei Complementar nº 136/2011 no valor de R\$ 960.978,93 neste exercício. Deste saldo, identificamos uma diferença de R\$ 6.480,00 entre o valor concedido na DVP do Fundep para o valor de transferências recebidas na DVP da Defensoria Pública. Este valor refere-se a um lançamento de transferência não realizado no mês de Abril/2022 que será efetuado ajuste em fevereiro/2023.

Em Variações Patrimoniais Diminutivas, evidenciamos o valor remetido ao Tesouro do Estado do valor necessário para pagamento da folha de pagamento mensal. Também demonstramos os valores para cobertura da insuficiência financeira com o Fundo Financeiro, decorrentes de aposentadorias vinculadas à nossa entidade a partir de março/2020, observando a repartição de responsabilidades no custeio do sistema quando a Secretaria da Fazenda, que determinou que nos casos de insuficiência financeira caberá a cada um dos entes ou órgãos autônomos realizar a complementação dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios.

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Remuneração dos depósitos bancários provenientes dos recursos recebidos do Tesouro Nacional	2.352.955,00
<b>Transferências Intragovernamentais Recebida</b>	<b>136.457.573,23</b>
Cotas recebidas do Tesouro Geral do Estado para execução orçamentária Fonte 100	73.500.000,00
Transferência recebida do Tesouro Geral do Estado referente folha de pagamento durante 2022	61.996.594,30
Transferências recebidas de Bens Móveis adquiridos pelo Fundep	682.697,29
Transferências recebidas de Outros Bens, intangíveis, obras em andamento do Fundep	278.281,64

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Transferência concedidas ao Tesouro Geral do Estado referente folha de pagamento durante 2022	61.996.594,30
Transferências concedidas ao Tesouro Geral do Estado referente cobertura da insuficiência financeira	1.375.779,89
<b>Total das Transferências Intragovernamentais Concedidas</b>	<b>63.372.374,19</b>

Curitiba, 15 de fevereiro de 2023.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

24. 024 - Outros Documentos (Certidao Contadora)





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ  
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

**O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: ELISANGELA MANN
REGISTRO.....	: PR-051025/O-8
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.440.669-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 16/02/2023 as 12:52:13.  
Válido até: 17/05/2023.  
Código de Controle: 839830.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.